



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XX — N.º 136

CAPITAL FEDERAL

SEXTA-FEIRA, 24 DE SETEMBRO DE 1965

CONGRESSO NACIONAL

PRESIDÊNCIA

Convocação de sessões conjuntas para apreciação de vetos presidenciais

O Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 70, § 3º, da Constituição Federal e do art. 1º do Regimento Comum, convoca as duas Casas do Congresso Nacional para, em sessões conjuntas a realizarem-se nos dias 12, 13, 14, 19, 20, 21, 26 e 27 de outubro, 3, 4, 9, 10 e 11 de novembro do ano em curso, às 21 horas e 30 minutos, no Plenário da Câmara dos Deputados, conhecerem de vetos presidenciais, de acordo com a discriminação anexa.

Senado Federal, 17 de setembro de 1965.

AVRO MOURA ANDRADE
Presidente

VETOS PRESIDENCIAIS A SEREM APRECIADOS NO PERÍODO DE 12 DE OUTUBRO A 11 DE NOVEMBRO DE 1965

Dia 12 de outubro, às 21 horas e 30 minutos:

- veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 2.948-C-65 na Câmara e nº 151-65 no Senado, que modifica o art. 11 e seus parágrafos da Lei nº 1.493, de 13 de dezembro de 1951, alterados pela Lei nº 2.266, de 12 de julho de 1954, e dá outras providências (subvenções);
- veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 2.847-B-65 na Câmara e nº 129-65 no Senado, que promove os militares veteranos da Segunda Guerra Mundial licenciados do serviço ativo e incluídos na reserva não remunerada;
- veto (total) ao Projeto de Lei nº 1.690-60 na Câmara e nº 8-65 no Senado, que dá nova redação ao art. 1º da Lei nº 3.725 de 28 de setembro de 1959, que altera o limite de idade para permanência de oficiais no serviço ativo;

Dia 13 de outubro, às 21 horas e 30 minutos:

- veto (total) ao Projeto de Lei nº 2.873-A-65 na Câmara e nº 152-65 no Senado, que fixa novos valores dos símbolos do Quadro do Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região e dá outras providências;
- veto (total) ao Projeto de Lei nº 2.983-B-65 na Câmara e nº 159-65 no Senado, que fixa novos valores para os símbolos dos cargos e das funções gratificadas do Quadro do Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região e dá outras providências;

Dia 14 de outubro, às 21 horas e 30 minutos:

- veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 2.746-B-65 na Câmara e nº 116-65 no Senado, que institui a Lei Orgânica dos Partidos Políticos;

Dia 19 de outubro, às 21 horas e 30 minutos:

- veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 2.956-C-65 na Câmara e nº 144-65 no Senado, que estabelece novos casos de inelegibilidades, com fundamento no art. 2º da Emenda Constitucional nº 14;

Dia 20 de outubro, às 21 horas e 30 minutos:

- veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 7-65 (C.N.), que estabelece normas para o processo dos dissídios coletivos e dá outras providências;

Dia 21 de outubro, às 21 horas e 30 minutos:

- veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 2.732-B-65 na Câmara e nº 104-65 no Senado, que disciplina o mercado de capitais e estabelece medidas para o seu desenvolvimento;

Dia 26 de outubro, às 21 horas e 30 minutos:

- veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 1.857-C-60 na Câmara e nº 153-64 no Senado, que dispõe sobre o custeio, pela União, no exercício de 1960, dos serviços públicos transferidos para o Estado da Guanabara pela Lei nº 3.752, de 14 de abril de 1960;

Dia 27 de outubro, às 21 horas e 30 minutos:

- veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 926-E-58 na Câmara e nº 139-62 no Senado, que regula a profissão de corretor de seguros;
- veto (total) ao Projeto de Lei nº 617-B-63 na Câmara e nº 109-63 no Senado, que concede isenção do imposto de renda à Companhia Siderúrgica Nacional, e dá outras providências;
- veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 2.363-E-64 na Câmara e nº 279-64 no Senado, que dispõe sobre a fixação de coeficientes de correção monetária para os efeitos legais;
- veto (total) ao Projeto de Lei nº 2.704-B-61 na Câmara e nº 38-63 no Senado, que regula as atividades dos representantes comerciais autônomos.

Dia 3 de novembro, às 21 horas e 30 minutos:

- veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 2.732-65 na Câmara e nº 104-62 no Senado, que disciplina o mercado financeiro e de capitais e estabelece medidas para seu desenvolvimento.

Dia 3 de novembro, às 21 horas e 30 minutos:

- veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 2.740-E-65 na Câmara e nº 82-63 no Senado, que dispõe sobre a série de classes de Pesquisador e dá outras providências;
- veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 2.681-A-65 na Câmara e nº 96-65 no Senado, que dispõe sobre os serviços de Registro do Comércio e atividades afins e dá outras providências;
- veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 2.660-B-65 na Câmara e nº 45-63 no Senado, que isenta do imposto de importação e outras contribuições fiscais sob ns. adquiridos, mediante doação pelas instituições que se dedicam, sem finalidade lucrativa, à prestação de assistência médico-hospitalar;
- veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 2.663-D-65 na Câmara e nº 53-65 no Senado, que altera dispositivos da Lei nº 3.244, de 14 de agosto de 1957, que autoriza a abertura de crédito especial e dá outras providências;
- veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 2.640-E-65 na Câmara e nº 35-65 no Senado, que dispõe sobre o seguro de crédito à exportação e dá outras providências;
- veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 2.639-B-65 na Câmara e nº 125-65 no Senado, que dispõe sobre o pagamento da gratificação prevista na Lei nº 4.090, de 13 de julho de 1962.

Dias 9 e 10 de novembro, às 21 horas e 30 minutos:

- veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 179-63 no Senado e nº 2.67-64 na Câmara, que dispõe sobre o exercício da profissão de Técnico de Administração e dá outras providências.

Dia 11 de novembro, às 21 horas e 30 minutos:

- veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 8-65 (C.N.), que dispõe sobre a assistência financeira do Governo Federal a Estados e Municípios e dá outras providências;
- veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 2.874-E-65 na Câmara e nº 145-65 no Senado, que institui o novo Código Florestal.

Decreto Legislativo nº 84, de 1965, publicado no DCN, de 14-9-65.
Republicado por ter saído com incorreções.

SENADO FEDERAL

ATA DA 145ª SESSÃO, EM 23
DE SETEMBRO DE 1965

3ª Sessão Legislativa,
da 5ª Legislatura

PRESIDENCIA DO SR. GUIDO
MONDIN

As 14 horas e 30 minutos
acham-se presentes os Senhores
Senadores:

Goldewasser Santos
Oscar Passos
Edmundo Levi
Arthur Virgílio
Pedro Carneiro
Menezes Pimentel
Pessoa Pimentel
Pessoa de Queiroz
José Leite
José Feliciano
José Elias
Guido Mondin — 11 —

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — A lista de presença acusa o comparecimento de 11 Senhores Senadores. Havendo número legal, declaro aberta a sessão.

Vai ser lida a ata.

O Senhor 2º Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem debates.

O Senhor 1º Secretário lê o seguinte:

EXPEDIENTE

Ofícios do Senhor Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados encaminhando ao Senado, para revisão, as seguintes proposições:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 199, de 1965

(Nº 3 078-B/65, NA CASA DE
ORIGEM)

Estabelece princípios, condições e critérios básicos para as promoções dos Oficiais da Marinha do Brasil.

O Congresso Nacional decreta:

CAPÍTULO I

Dos Princípios Fundamentais

Artigo 1º Esta Lei estabelece os princípios, condições e critérios básicos para as promoções dos Oficiais da Marinha do Brasil.

Artigo 2º Promoção é o acesso, gradual e sucessivo, dos Oficiais melhor capacitados para o exercício das funções inerentes aos postos subsequentes, dos Corpos e Quadros de Oficiais da Marinha do Brasil.

§ 1º O ato de promoção será substanciado:

a) por decreto para os postos de oficial geral e superior;
b) por portaria do Ministro da Marinha para os postos de oficial intermediário e subalterno.

§ 2º O ato de promoção será confirmado em Carta Patente.

§ 3º A antiguidade no posto é contada a partir da data do ato de promoção, salvo se nele for estabelecida outra data.

Artigo 3º As promoções a que se referem as letras "a", "b" e "c" do artigo 5º serão feitas dentro de 30 (trinta) dias contados da abertura das vagas.

§ 1º A promoção que for feita em data posterior ao limite do prazo de tolerância a que se refere o presente artigo será mandada contar, para todos os efeitos legais, a partir do último dia daquele prazo.

§ 2º As promoções previstas no parágrafo único do artigo 5º deverão ser feitas com obediência dos prazos estritamente necessários ao atendimento das peculiaridades de cada caso.

Artigo 4º O ingresso nos Corpos e Quadros dos Oficiais da Marinha do Brasil só é permitido nos respectivos postos iniciais, por nomeação, desde que satisfeitas todas as exigências legais.

§ 1º É considerado posto inicial dos diversos Corpos e Quadros de Oficiais o de Segundo-Tenente, à exceção dos Corpos de Engenheiros e Técnicos Navais e de Saúde da Marinha, em que são, respectivamente, os de Capitão-Tenente e Primeiro-Tenente.

§ 2º A nomeação para os postos iniciais será efetuada dentro do prazo de 30 (trinta) dias, após satisfeitas todas as exigências legais.

CAPÍTULO II

Dos Critérios de Promoção

Artigo 5º A promoção obedecerá a um dos seguintes critérios:

a) escolha;
b) merecimento;
c) antiguidade.

Parágrafo único. Em casos extraordinários, poderá ocorrer promoção:

a) por bravura;
b) "post-mortem";
c) em ressarcimento de preterição; ou
d) por dispositivo expresso da lei que regular a inatividade dos militares ou de outra lei especial.

Artigo 6º A promoção aos diferentes postos, ressalvadas as exceções previstas nos §§ 1º e 2º do artigo 8º, far-se-á pelos seguintes critérios:

a) da Escolha — para os postos de Oficial General;
b) do Merecimento ou da Antiguidade, na forma do artigo 8º, para os postos de Oficial-Superior; e
c) da Antiguidade — para os postos de Capitão-Tenente e Primeiro-Tenente.

Parágrafo único. As promoções, de que trata o parágrafo único do artigo 5º em suas letras "a", "b", "c" e "d", independem dos critérios estabelecidos no presente artigo.

Artigo 7º As promoções a que se referem as letras "a", "b" e "c" do artigo 5º, processar-se-ão com base em Listas por critério de Escolha, em Quadros de Acesso por Merecimento para o critério de Merecimento e em Quadro de Acesso por Antiguidade para o critério da Antiguidade, previamente organizados e que atendam as peculiaridades de cada critério.

§ 1º A competência para a organização das Listas e dos Quadros de Acesso de que trata o presente artigo é privativa:

a) da Primeira Comissão de Promoções, constituída por todos os Almirantes-de-esquadra em comissão, designados pelo Ministro da Marinha — para a elaboração da Lista de Escolha para a promoção de Vice-Almirantes;

b) da Segunda Comissão de Promoções, constituída por 1 Almirante-de-esquadra e 4 Vice-Almirantes, todos em comissão, e que integrem o Conselho de Promoções de Oficiais, designados pelo Ministro da Marinha para a elaboração da Lista de Escolha para promoção de Contra-Almirantes;

c) do Conselho de Promoções de Oficiais, constituído por 11 Oficiais Gerais, dos quais 1 Almirante-de-esquadra, 4 Vice-Almirantes e 6 Contra-Almirantes, todos em comissão.

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL

ALBERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES
MURILO FERREIRA ALVES

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO
FLORIANO GUIMARÃES

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional

BRASÍLIA

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES

Capital e Interior	
Semestre	Cr\$ 80,
Ano	Cr\$ 96
Exterior	
Ano	Cr\$ 136,

FUNCIONÁRIOS

Capital e Interior	
Semestre	Cr\$ 98,
Ano	Cr\$ 76,
Exterior	
Ano	Cr\$ 108,

— Excetuadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poder-se-ão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

designados pelo Ministro da Marinha para:

I — Elaboração dos Quadros de Escolha para promoção de Capitão-de-Mar-e-Guerra;

II — elaboração dos Quadros de Acesso para promoção de oficiais aos postos de Oficial Superior pelos critérios do Merecimento e da Antiguidade.

§ 2º Além dos Membros Efetivos, a Segunda Comissão de Promoções contará com:

a) um Vice-Almirante do Corpo de Fuzileiros Navais, um Vice-Almirante do Corpo de Engenheiros e Técnicos Navais, um Vice-Almirante do Corpo de Intendentes da Marinha e um Vice-Almirante do Corpo de Saúde da Marinha, todos em comissão, na qualidade de Membros Assessores, para a organização das Listas de Escolha, relativas aos respectivos Corpos e Quadros;

b) três Vice-Almirantes, membros suplentes, todos do Corpo da Armada, em comissão.

§ 3º Além dos Membros Efetivos, o Conselho de Promoções de Oficiais contará com:

a) dois Oficiais Gerais do Corpo de Fuzileiros Navais, dois Oficiais Gerais do Corpo de Engenheiros e Técnicos Navais, dois Oficiais Gerais do Corpo de Intendentes da Marinha e dois Oficiais Gerais do Corpo de Saúde da Marinha, todos em comissão, na qualidade de Membros Assessores para os fins previstos nos incisos I e II da letra "e" do § 1º deste artigo e relativos aos respectivos Corpos;

b) três Oficiais Gerais Membros Suplentes, todos do Corpo da Armada, em comissão.

Artigo 8º As promoções aos diversos postos de Oficial-Superior serão feitas de acordo com as seguintes quotas:

a) a Capitão-de-Corveta, 1 (uma) vaga por Merecimento e 1 (uma) por antiguidade;

b) a Capitão-de-Fragata, 3 (três) vagas por Merecimento e 1 (uma) por Antiguidade; e

c) a Capitão-de-Mar-e-Guerra 5 (cinco) vagas por Merecimento e 1 (uma) por Antiguidade.

§ 1º Nos Quadros de Farmacêuticos e Cirurgiões-Dentistas as promoções ao posto de Capitão-de-Mar-e-Guerra serão feitas exclusivamente pelo critério de Merecimento.

2º Nos Quadros dos Oficiais Auxiliares da Marinha (QOAM) e do Corpo de Fuzileiros Navais (QOAFN), as promoções serão feitas mediante o seguinte critério:

a) a Primeiro-Tenente — Critério exclusivo da Antiguidade;

b) a Capitão-Tenente, 1 (uma) por Merecimento e 1 (uma) por Antiguidade;

c) a Capitão-de-Corveta — Critério exclusivo do Merecimento.

§ 3º Os Quadros complementares, pelas suas peculiaridades, têm o assunto definido nas leis que os criaram.

Artigo 9º Será promovido por Escolha o Oficial-General ou Capitão-de-Mar-e-Guerra que for selecionado pelo Presidente da República dentre os nomes que compuseram a Lista de Escolha (artigos 6º e 7º).

Artigo 10. A organização das Listas de Escolha obedecerá às seguintes normas básicas:

a) Quando o número de integrantes de cada Corpo ou Quadro da Marinha, nos postos de Vice-Almirante, Contra-Almirante ou Capitão-de-Mar-e-Guerra, for superior a 3 (três), a Lista será triplice;

b) Quando aquele número for igual ou inferior a 3 (três), a Lista poderá

ser integrada por 3 (três) ou menos de 3 (três) nomes;

c) Quando houver mais de uma vaga a Lista deverá ser acrescida de mais (um) nome por vaga excedente da primeira;

d) ao ser organizada a Lista de Escolha, nela deverão ser incluídos, sem prejuízo de estipulado nos itens anteriores, os oficiais que não ocuparem a vaga no quadro.

Artigo 11. O Oficial-General ou o Capitão-de-Mar-e-Guerra que, pela 4ª (quarta) vez consecutiva, for incluído em Lista de Escolha não poderá ser preterido por outro de menor entidade, a partir da 4ª (quarta) Escolha, inclusive.

Artigo 12. Será promovido por Merecimento o Capitão-de-Fragata, o Capitão-de-Corveta e o Capitão-Tenente que figurar no Quadro de Acesso por Merecimento organizado nos termos dos artigos 6º e 7º, obedecendo-se à ordem de classificação nele estabelecida, de acordo com a proporcionalidade estipulada no artigo 8º.

Parágrafo único. Os oficiais que não ocupam vaga no Quadro concorrerão na formação do Quadro de Acesso por Merecimento sem lhe diminuir o número estipulado e obedecendo ao mesmo critério de sua organização, fazendo-se menção no Quadro à sua situação.

Artigo 13. Será promovido por Antiquidade o Oficial que figurar no Quadro de Acesso por Antiquidade organizado nos termos dos artigos 6º e 7º, obedecendo-se à proporcionalidade estabelecida no artigo 8º.

Artigo 14. Não participará das Listas de Escolha e de nenhum dos Quadros de Acesso a que se referem os artigos 9º, 12 e 13 o oficial que não satisfizer qualquer das condições estabelecidas no artigo 19 da presente Lei ou estiver incurso em impedimento legal.

Artigo 15. O Oficial ao qual caber promoção por Antiquidade e figurar no Quadro de Acesso por Merecimento, a que se referem o artigo 12 e seu parágrafo único, como o primeiro colocado, será promovido, obrigatoriamente, por Merecimento na quota de Antiquidade.

Artigo 16. A promoção por Bravura só poderá ocorrer em consequência de operações de guerra.

1º O ato de Bravura será apurado em investigação rigorosa, procedida por um Conselho Especial, para esse fim designado.

2º A promoção por Bravura poderá ser feita pelo Comandante do Teatro de Operações ou pelo Comandante da Força Naval em Operações de Guerra, confirmada em ambos os casos por decreto do Presidente da República, ou portaria do Ministro da Marinha.

Artigo 17. A promoção "Post Mortem" será feita quando o Oficial:

a) tiver falecido em campanha ou serviço de guerra;

b) tiver falecido em consequência de acidente em serviço ou moléstia neste adquirida e que ocasione seu falecimento na ativa; ou

c) na data do falecimento, tiver as condições exigidas para passar à inatividade em posto superior.

Artigo 18. A promoção em ressarcimento de preterição será feita:

a) para corrigir erro administrativo;

b) quando determinado por sentença judicial; ou

c) após absolvição, passada em julgado a sentença.

CAPÍTULO III

Das Condições de Promoção

Artigo 19. Condições de promoção são as exigências mínimas, essenciais e indispensáveis, para o acesso a cada

posto, condicionado à existência de vaga, a saber:

a) aptidão física;

b) idoneidade moral; e

c) preenchimento das cláusulas de acesso.

1º A promoção por bravura ou "post mortem" independe das condições deste artigo.

2º A promoção em ressarcimento de preterição independe da existência de vaga.

Art. 20. As vagas são abertas em virtude de:

a) promoção ao posto superior;

b) transferência de quadro;

c) transferência para a reserva;

d) reforma;

e) demissão;

f) agregação;

g) falecimento; e

h) aumento de efetivo do Corpo ou Quadro.

Art. 21. A aptidão física será verificada em inspeção para o controle de saúde, conforme os padrões de higiene estabelecidos.

Art. 22. A idoneidade moral será apurada pelo Conselho de Promoções de Oficiais, ou pelas Comissões de Promoções, conforme o caso, em face de partes e ou de informações regulamentares.

Art. 23. Cláusulas de acesso são os requisitos profissionais mínimos, exigidos para a aferição da capacidade profissional do Oficial, a saber:

a) *Intervalo* — o tempo mínimo de efetivo serviço naval a ser passado no posto, considerado imprescindível para a obtenção de tirocínio profissional;

b) *curtos* — os cursos, os exames e os estágios, considerados necessários ao exercício da profissão;

c) *comissões* — as comissões essenciais a serem exercidas em cada posto; e

d) *proficiência* — a revelada no desempenho das comissões que lhe foram atribuídas.

1º Os detalhes das cláusulas de acesso serão objeto de cogitação especial na regulamentação da presente lei.

2º A Administração Naval proporcionará ao Oficial promovido por bravura, para prosseguimento de sua carreira, a oportunidade para preenchimento da cláusula de cursos não satisfeita.

Art. 24. Não poderá ser promovido o Oficial-General ou Oficial que, mesmo tendo preenchido todos os requisitos exigíveis, se encontre em uma das situações seguintes:

a) prisioneiro de guerra;

b) respondendo a processo, ou indiciado, em Conselho de Justificação, instaurado *ex officio*, ou em Inquérito Policial-Militar;

c) denunciado, quando aceita a denúncia;

d) condenado, enquanto durar o cumprimento da pena;

e) julgado fisicamente inapto temporário;

f) inabilitado, por duas vezes, nos mesmos cursos, exames e/ou estágios previstos nas cláusulas de acesso;

g) possuir, no posto, 3 (três) informações regulamentares de grau mínimo de conceito, dadas por autoridades diferentes ou, na carreira, 5 (cinco) informações regulamentares, nas mesmas condições;

h) em dívida com a Fazenda Nacional, por alcapec;

i) suspenso da função ou cargo, de acordo com o art. 24 do Estatuto dos Militares; e

j) agregado, em uma das seguintes situações:

I — julgado fisicamente inapto temporário para o serviço militar, após um ano de moléstia continuada;

II — licenciado para tratar de interesse particular ou agregado nos termos do art. 132, § 4º, da Constituição Federal;

III — considerado desertor; e

IV — extraviado.

1º O Oficial ressarcirá, automaticamente, os direitos inerentes à antiguidade, quando cessarem as restrições contidas nas alíneas a e e ou for absolvido ou impronunciado quanto ao disposto nas alíneas b, c e incluído III e IV da alínea f.

2º O Oficial que for promovido em decorrência do § 1º e, pelas restrições a que esteve sujeito, não tiver podido preencher a cláusula de cursos, deverá satisfazer a essa exigência, quando determinado pela Administração Naval, para a continuação de sua carreira.

CAPÍTULO IV

Do Merecimento

Art. 25. Qualquer comissão ou serviço na Marinha pode constituir merecimento, dependendo da correção e eficiência com que foi desempenhada, das dificuldades vencidas e de outras circunstâncias que influam em sua apreciação.

Parágrafo único. Nenhuma comissão ou serviço, somente por sua natureza, constitui merecimento.

Art. 26. A proficiência no desempenho das comissões e serviços, para efeitos da avaliação do merecimento do Oficial, será apreciada no posto, enquanto que o conceito será o firmado ao longo de sua carreira.

Art. 27. Na organização das Listas de Escolha e dos Quadros de Acesso Por Merecimento serão levadas em conta, basicamente, as informações regulamentares e demais documentos de informação relativos à carreira do Oficial.

1º Não poderá ser incluído em Lista de Escolha ou em Quadro de Acesso Por Merecimento o Oficial que no posto:

a) tiver deixado de figurar por 4 (quatro) vezes consecutivas em Lista de Escolha ou Quadro de Acesso Por Merecimento, se em cada uma delas participou Oficial unânime moderno;

b) tiver sido reprovado em curso, exame ou estágio que constitua exigência regulamentar para promoção;

c) estiver agregado por um dos motivos abaixo discriminados:

I — no exercício de cargo público civil temporário;

II — em gozo de licença para tratamento de saúde da pessoa da família, por prazo superior a 6 (seis) meses;

III — em gozo de licença para aperfeiçoar seus conhecimentos técnicos ou realizar estudos, no País ou no estrangeiro, por conta própria;

IV — em gozo de licença para exercer atividade técnica de sua especialidade em organizações civis.

2º Deverá ser retirado de Lista de Escolha ou do Quadro de Acesso Por Merecimento o Oficial que venha a incidir em qualquer impedimento legal para promoção ou nos itens b e c do parágrafo anterior.

Art. 28. O previsto na letra a do § 1º do art. 27 não prevalecerá quando a causa for a contida na letra b, sem que o Oficial tivesse sido dada nova oportunidade de satisfazer a exigência dessa mesma letra b.

Art. 29. O efetivo de cada Quadro de Acesso Por Merecimento dos diferentes postos de cada Corpo ou Quadro da Marinha será especificado na regulamentação da presente lei.

Parágrafo único. O período de vigência do Quadro de Acesso Por Merecimento, bem como sua suplementação dentro do período, será igualmente objeto da regulamentação da presente lei.

Art. 30. Os fatores a serem apreciados para a confecção dos Quadros de Acesso Por Merecimento para os Oficiais do Corpo da Armada serão os seguintes:

a) *Mérito* (Fator positivo no posto);

I — Conduta excepcional em operações de guerra com citação explícita em Ordem do Dia;

II — Tempo de serviço em operações ativas de guerra;

III — Informações regulamentares favoráveis;

IV — Aprovação com aproveitamento destacado em cargo regulamentar para o acesso;

V — Conceito escolar favorável nos cursos da Escola de Guerra Naval;

VI — Elogio nominal por fato ou ação altamente meritória, minuciosamente comprovado pela autoridade concedente;

b) *Demérito* (Fator negativo no posto):

I — Punição por crime ou falta disciplinar;

II — Insucesso em comissão, expressamente comprovado pela autoridade imediatamente superior;

III — Alcançe;

IV — Informações regulamentares abaixo do normal;

V — Inabilitação em curso ou estágio que não constituam exigência regulamentar para o acesso; e

VI — Licença para tratar de interesse particular.

c) *Conceito* (ao longo da carreira):

I — Atributos pessoais observados ao longo da carreira;

II — Espírito inventivo ou criador, demonstrado em trabalhos profissionais considerados de real utilidade para a Marinha;

III — Serviços árduos executados, explicitamente citados em Ordem do Dia.

1º Na confecção dos Quadros de Acesso Por Merecimento serão consideradas, com ênfase especial, as informações sobre os Oficiais concorrentes dadas por seus colegas de posto superior do mesmo Corpo ou Quadro, tradicionalmente denominadas, na Marinha, de "Informações Complementares".

2º Para os demais Corpos e Quadros, os fatores enumerados neste artigo serão considerados como for cabível, na forma estabelecida no regulamento desta lei.

CAPÍTULO V

Das Disposições Gerais

Art. 31. A regulamentação da presente lei, entre outras disposições, tratará especificamente:

a) da fixação dos requisitos profissionais mínimos, denominados cláusulas de acesso, bem como das normas para a verificação das qualificações e situações profissionais para o serviço no posto, dos diversos Corpos e Quadros;

b) das normas e requisitos para a organização dos Quadros de Acesso Por Merecimento e Por Antiquidade, assim como dos critérios de avaliação e do forma de apreciação de Mérito, de Demérito e do Conceito (art. 30, letras a, b e c);

c) dos pareceres relativos à constituição e funcionamento das Comissões de Promoções e do Conselho de Promoções de Oficiais (art. 7º, § 1º, letras a, b e c) do Conselho Especial para os atos de bravura (art. 16, § 1º);

d) das normas e requisitos para a organização das "Informações Complementares" (art. 30, § 1º) bem como da forma de sua utilização na feitura dos Quadros de Acesso Por Merecimento; e

e) da interposição de recursos atinentes à não inclusão nos Quadros de Acesso.

Art. 32. Esta lei não se aplica ao Quadro de Capelães Navais, cuja situação é regulada por legislação própria.

CAPÍTULO VI

Das Disposições Transitórias

Art. 33. O Poder Executivo regulamentará esta lei dentro de 30 (trinta) dias a partir da data de sua publicação.

Art. 34. A presente lei entrará em vigor 30 (trinta) dias a partir da data de sua publicação.

Art. 35. Ficam revogadas as disposições em contrário.

A Comissão de Projetos do Executivo.

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 200, de 1965

(Nº 3 080-A/65, NA CASA DE ORIGEM)

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — Tribunal Superior Eleitoral — o crédito suplementar de Cr\$ 456.950.000, em reforço à dotação do Orçamento vigente (Lei número 4.539, de 10 de dezembro de 1964).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º E' o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — Tribunal Superior Eleitoral — o crédito suplementar de Cr\$ 456.950.000 (quatrocentos e cinquenta e seis milhões, novecentos e cinquenta mil cruzeiros) em reforço à dotação do Orçamento vigente (Lei nº 4.539, de 10 de dezembro de 1964), com a seguinte discriminação:

0.2 — 3.0.0.0 — Despesas Correntes
3.1.0.0 — Despesas de Custeio
3.1.1.0 — Pessoal
3.1.1.1 — Pessoal Civil

Fixo Cr\$ 450.950.000
0.3 — 3.2.0.0 — Transferências Correntes
3.2.5.0 — Salário-família
01.00 — Pessoal Civil
Fixo Cr\$ 6.000.000.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Comissão de Finanças.

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 201, de 1965

(Nº 3 125-B/65, NA CASA DE ORIGEM)

INSTITUCIONALIZA O CRÉDITO RURAL

O Congresso Nacional decreta:

CAPÍTULO I

Disposições Preliminares

Art. 1º O crédito rural, sistematizado nos termos desta Lei, será distribuído e aplicado de acordo com a política de desenvolvimento da produção rural do País e tendo em vista o bem-estar do povo.

Art. 2º Considera-se crédito rural o suprimento de recursos financeiros por entidades públicas e estabelecimentos de crédito particulares a produtores rurais ou a suas cooperativas para aplicação exclusiva em atividades que se enquadrem nos objetivos indicados na legislação em vigor.

Art. 3º São objetivos específicos do crédito rural:

I — estimular o incremento ordenado dos investimentos rurais, inclusive para armazenamento, beneficiamento e industrialização dos produtos agropecuários, quando efetuada na propriedade rural e pelo próprio produtor;

II — favorecer o custeio oportuno e adequado da produção e a comercialização de produtos agropecuários;

III — possibilitar o fortalecimento econômico dos produtores rurais, notadamente pequenos e médios;

IV — incentivar a introdução de métodos racionais de produção, visando ao aumento da produtividade e à melhoria do padrão de vida das populações rurais, e a adequada defesa do solo;

Art. 4º O Conselho Monetário Nacional, de acordo com as atribuições estabelecidas na Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, disciplinará o crédito rural do País e estabelecerá, com exclusividade, normas operativas traduzidas nos seguintes tópicos:

I — avaliação, origem e dotação dos recursos a serem aplicados no crédito rural;

II — diretrizes e instruções relacionadas com a aplicação e controle do crédito rural;

III — critérios seletivos e de prioridade para a distribuição do crédito rural;

IV — fixação e ampliação dos programas de crédito rural, abrangendo todas as formas de suplementação de recursos, inclusive refinanciamento.

Art. 5º O cumprimento das deliberações do Conselho Monetário Nacional, aplicáveis ao crédito rural, será dirigido, coordenado e fiscalizado pelo Banco Central da República do Brasil.

Art. 6º Compete ao Banco Central da República do Brasil, como órgão de controle do sistema nacional do crédito rural:

I — sistematizar a ação dos órgãos financiadores e promover a sua coordenação com os que prestam assistência técnica e econômica ao produtor rural;

II — elaborar planos globais de aplicação do crédito rural e conhecer de sua execução, tendo em vista a avaliação dos resultados para introdução de correções cabíveis;

III — determinar os meios adequados de seleção e prioridade na distribuição do crédito rural e estabelecer medidas para o zoneamento dentro do qual devem atuar os diversos órgãos financiadores em função dos planos elaborados;

IV — incentivar a expansão da rede distribuidora do crédito rural, especialmente através de cooperativas;

V — estimular a ampliação dos programas de crédito rural, mediante financiamento ou refinanciamento aos órgãos participantes da rede distribuidora do crédito rural.

CAPÍTULO II

Do Sistema de Crédito Rural
Art. 7º Integrarão, basicamente, o sistema nacional de crédito rural:

I — O Banco Central da República do Brasil, através da Coordenação Nacional de Crédito Rural, com as atribuições referidas no artigo anterior;

II — O Banco do Brasil S. A., através de suas cartilhas especializadas;

III — O Banco de Crédito da Amazônia S. A. e o Banco do Nordeste do Brasil S. A., através de suas cartilhas ou departamentos especializados, e

IV — O Banco Nacional de Crédito Cooperativo.

§ 1º — Serão vinculados ao sistema:

I — de conformidade com o disposto na Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964:

a) o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária — IBRA;

b) o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário — INDA;

c) o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico — BNDE;

II — como órgãos auxiliares, desde que operem em crédito rural dentro das diretrizes fixadas em lei:

a) Bancos de que os Estados participem com a maioria de ações;

b) Caixas Econômicas;

c) Bancos privados;

d) Sociedades de crédito, financiamento e investimentos;

e) Cooperativas autorizadas a operar em crédito rural.

§ 2º — Poderão articular-se no sistema, mediante convênios, órgãos oficiais de valorização regional e entidades de prestação de assistência técnica e econômica ao produtor rural, cujos serviços sejam passíveis de utilizar em conjugação com o crédito.

§ 3º — Poderão incorporar-se ao sistema, além das entidades mencionadas neste artigo, outras que o Conselho Monetário Nacional venha a admitir.

CAPÍTULO III

Da Estrutura do Crédito Rural

Art. 8º O crédito rural restringe-se ao campo específico do financiamento das atividades rurais e adotará, basicamente, as modalidades de operações indicadas nesta Lei, para suprir as necessidades financeiras do custeio e da comercialização da produção própria, como também as de capital para investimentos e industrialização de produtos agropecuários, quando efetuada na propriedade rural e pelo próprio produtor.

Art. 9º Para os efeitos desta Lei, os financiamentos rurais caracterizam-se, segundo a finalidade, como de:

I — custeio, quando destinados a cobrir despesas normais de um ou mais períodos de produção agrícola ou pecuária;

II — investimento, quando se destinarem a inversões em bens e serviços cujos desfrutes se realizem no curso de vários períodos;

III — comercialização, quando destinados, isoladamente, ou como extensão do custeio, a cobrir despesas próprias da fase sucessiva à coleta da produção, sua estocagem, transporte ou à monetização de títulos oriundos da venda pelos produtores;

IV — industrialização de produtos agropecuários, quando efetuada na propriedade rural e pelo próprio produtor.

Art. 10. As operações de crédito rural subordinam-se às seguintes exigências essenciais:

I — idoneidade do proponente;

II — apresentação de orçamento de aplicação nas atividades específicas;

III — fiscalização pelo financiador.

Art. 11. Constituem modalidade de operações:

I — Crédito Rural Corrente a produtores rurais de capacidade técnica e substância econômica reconhecidas;

II — Crédito Rural Orientado, como forma de crédito tecnificado, com assistência técnica prestada pelo financiador, diretamente ou através de entidade especializada em extensão rural, com o objetivo de elevar os níveis de produtividade e melhorar o padrão de vida do produtor e sua família;

III — Crédito a Cooperativas de produtores rurais, como antecipação de recursos para funcionamento, aparelhamento, prestação de serviços aos cooperados, bem como para financiar estes, nas mesmas condições estabelecidas para as operações diretas de

crédito rural, os trabalhos de custeio, coleta, transportes, estocagem e a comercialização da produção respectiva e os gastos com melhoramento de suas propriedades;

IV — Crédito para Comercialização com o fim de garantir aos produtores agrícolas preços remuneradores para a colocação de suas safras e industrialização de produtos agropecuários, quando efetuada, na propriedade rural e pelo próprio produtor;

V — Crédito aos programas de colonização e reforma agrária, para financiar projetos de colonização e reforma agrária como definidas na Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964.

Art. 12. As operações de crédito rural que forem realizadas pelo Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, pelo Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário e pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, diretamente ou através de convênios, obedecerão às modalidades de crédito orientado aplicadas às finalidades previstas na Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964.

Art. 13. As entidades financiadoras participantes do sistema de crédito rural poderão designar representantes para acompanhar a execução de convênios relativos à aplicação de recursos por intermédio de órgãos intervenientes.

§ 1º Em caso de crédito a cooperativas, poderão os representantes mencionados neste artigo prestar assistência técnica e administrativa, como também orientar e fiscalizar a aplicação dos recursos.

§ 2º Quando se tratar de cooperativa integral de reforma agrária, aplicar-se-á o disposto no § 2º do art. 79 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964.

Art. 14. Os termos, prazos, juros e demais condições das operações de crédito rural, sob quaisquer de suas modalidades, serão estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional, observadas as disposições legais específicas não expressamente revogadas pela presente Lei, inclusive o favorecimento previsto no art. 4º, inciso IX, da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, ficando revogado o art. 4º do Decreto-lei nº 2.611, de 20 de setembro de 1940.

Parágrafo único. As taxas das operações, sob qualquer modalidade de crédito rural, serão inferiores em pelo menos 1/4 (um quarto) às taxas adotadas para as operações bancárias de crédito mercantil.

CAPÍTULO IV

Dos Recursos para o Crédito Rural

Art. 15. O crédito rural contará com suprimentos provenientes das seguintes fontes:

I — internas:

a) recursos que são ou vierem a ser atribuídos ao Fundo Nacional de Refinanciamento Rural instituído pelo Decreto nº 54.019, de 14 de julho de 1964;

b) recursos que são ou vierem a ser atribuídos ao Fundo Nacional de Reforma Agrária, instituído pela Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964;

c) recursos que são ou vierem a ser atribuídos ao Fundo Agroindustrial de Reconversão, instituído pela Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964;

d) dotações orçamentárias atribuídas a órgãos que integrem ou venham a integrar o sistema de crédito rural, com destinação específica;

e) valores que o Conselho Monetário Nacional venha a isentar de recolhimento, na forma prevista na Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964,

Art. 4º, item XIV, letra "c", que não poderá ser inferior a 30% (trinta por cento) do recolhimento devido;

f) recursos próprios dos órgãos participantes ou que venham a participar do sistema de crédito rural, na forma do art. 7º;

g) importâncias recolhidas ao Banco Central da República do Brasil pelo sistema bancário, na forma prevista no § 1º do art. 21;

h) produto da colocação de bônus de crédito rural, hipotecário ou títulos de natureza semelhante, que forem emitidos por entidades governamentais, participantes do sistema, com características e sob condições que o Conselho Monetário Nacional autorize, obedecida a legislação referente à emissão e circulação de valores mobiliários;

i) produto das multas recolhidas nos termos do § 3º do art. 21;

j) resultado das operações de financiamento ou refinanciamento;

k) recursos outros de qualquer origem atribuídos exclusivamente para aplicação em crédito rural;

m) recursos provenientes dos saldos do Fundo de Reserva de Defesa do Café e os subsistentes após a apuração das despesas e receitas realizadas anualmente na execução do esquema financeiro da safra de café adotado pelo Conselho Monetário Nacional, nos termos dos arts. 2º e 3º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964;

n) recursos nunca inferiores a 10% (dez por cento) dos depósitos de qualquer natureza dos bancos privados e das sociedades de crédito, financiamento e investimentos.

II — externas:

a) recursos decorrentes de empréstimos ou acordos, especialmente reservados para aplicação em crédito rural;

b) recursos especificamente reservados para aplicação em programas de assistência financeira ao setor rural, através do Fundo Nacional de Reforma Agrária, criado pelo art. 27 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964;

c) recursos especificamente reservados para aplicação em financiamentos de projetos de desenvolvimento agroindustrial, através do Fundo Agroindustrial de Reconversão, criado pelo art. 120 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964;

d) produto de acordos ou convênios celebrados com entidades estrangeiras ou internacionais, conforme normas que o Conselho Monetário Nacional traçar, desde que nelas sejam especificamente atribuídas parcelas para aplicação em programa de desenvolvimento de atividades rurais.

Art. 18. Os recursos destinados ao crédito rural, de origem externa ou interna, ficam sob o controle do Conselho Monetário Nacional, que fixará, anualmente, as normas de distribuição aos órgãos que participem do sistema de crédito rural, nos termos do art. 7º

Parágrafo único. Todo e qualquer fundo, já existente ou que vier a ser criado, destinado especificamente a financiamento de programas de crédito rural, terá sua administração determinada pelo Conselho Monetário Nacional, respeitada a legislação específica, que estabelecerá as normas e diretrizes para a sua aplicação.

Art. 17. Ao Banco Central da República do Brasil, de acordo com as

atribuições estabelecidas na Lei número 4.595, de 31 de dezembro de 1964, caberá entender-se ou participar de entendimentos com as instituições financeiras estrangeiras e internacionais, em assuntos ligados à obtenção de empréstimos destinados a programas de financiamento às atividades rurais, estando presente na assinatura dos convênios e apresentando ao Conselho Monetário Nacional sugestões quanto às normas para sua utilização.

Art. 18. O Conselho Monetário Nacional poderá tomar medidas de incentivo que visem a aumentar a participação da rede bancária não oficial na aplicação de crédito rural.

Art. 19. A fixação de limite do valor dos empréstimos a que se refere o § 2º do art. 126 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, passa para a competência do Conselho Monetário Nacional, que levará em conta a proposta apresentada pela diretoria do Banco do Brasil S.A.

Art. 20. O Conselho Monetário Nacional, anualmente, na elaboração da proposta orçamentária pelo Poder Executivo, incluirá dotação destinada ao custeio da assistência técnica e educativa aos beneficiários do crédito rural.

Art. 21. As instituições de crédito e entidades referidas no art. 7º desta Lei manterão aplicada em operações típicas de crédito rural, contratadas diretamente com produtores ou suas cooperativas, percentagem a ser fixada pelo Conselho Monetário Nacional, dos recursos com que operarem.

§ 1º Os estabelecimentos que não desejarem ou não puderem cumprir as obrigações estabelecidas no presente artigo, reconhecerão as somas correspondentes em depósito no Banco Central da República do Brasil, para aplicação nos fins previstos nesta Lei.

§ 2º As quantias recolhidas no Banco Central da República do Brasil, na forma deste artigo, vencerão juros à taxa que o Conselho Monetário Nacional fixar.

§ 3º A inobservância ao disposto neste artigo sujeitará o infrator a multa variável entre 10% (dez por cento) e 50% (cinquenta por cento) sobre os valores não aplicados em crédito rural.

§ 4º O não recolhimento da multa mencionada no parágrafo anterior, no prazo de 15 (quinze) dias, sujeitará o infrator às penalidades previstas no Capítulo V da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964.

Art. 22. O depósito que constitui o Fundo de Fomento à Produção, de que trata o art. 7º, da Lei número 1.184, de 30 de agosto de 1950, fica elevado para 20% (vinte por cento) das dotações anuais previstas no art. 199, da Constituição Federal, e será efetuado pelo Tesouro Nacional no Banco de Crédito da Amazônia S.A., que se incumbirá de sua aplicação, direta e exclusiva, dentro da área da Amazônia, observadas as normas estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional e outras disposições contidas nesta Lei.

§ 1º O Banco de Crédito da Amazônia S.A. destinará para aplicação em crédito rural pelo menos 60% (sessenta por cento) do valor do Fundo, podendo o Conselho Monetário Nacional alterar essa percentagem, em face da circunstância que assim recomende.

§ 2º Os juros das aplicações mencionadas neste artigo serão cobrados às taxas usuais para as operações de tal natureza, conforme o Conselho Monetário Nacional fixar, ficando

abolido o limite previsto no art. 7º, §§ 2º e 3º, da Lei nº 1.184, de 30 de agosto de 1950.

CAPÍTULO V

Das Instrumentos de Crédito Rural

Art. 23. Além dos instrumentos básicos para as operações típicas de crédito rural, os contratos de abertura de crédito e os títulos previstos na Lei nº 3.253, de 27 de agosto de 1957, fica criada a Nota de Crédito Cooperativo.

§ 1º A Nota de Crédito Cooperativo é uma promessa de pagamento que documenta as vendas a prazo de produtos ou mercadorias que entram no custeio da produção agropecuária, efetuadas pela cooperativa a seus associados.

§ 2º A Nota de Crédito Cooperativo, que terá as garantias da letra de câmbio e emitida com os requisitos estabelecidos para a promissória rural previstos no art. 17 da Lei número 3.253, de 27 de agosto de 1957, no que lhe forem aplicáveis.

Art. 24. Os arts. 15, 16, 17, itens III, V e VII, e 29 da Lei nº 3.253, de 27 de agosto de 1957, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 15 — As vendas a prazo de quaisquer bens de natureza agrícola, extrativa ou pastoril, quando efetuadas diretamente por produtores rurais, assim como as entregas de produtos da mesma natureza feitas por cooperados às suas cooperativas, serão documentadas pela promissória rural, nos termos desta Lei.

Art. 16 — A promissória rural constitui promessa de pagamento em dinheiro, assegurada pela venda a prazo, pela consignação ou pela entrega dos bens ou do seu equivalente em espécie, quando se tratar de cooperativa.

Art. 17. A promissória rural, que goza das garantias da letra de câmbio, conterá os seguintes requisitos, lançados por extenso, no seu contexto:

I —

II —

III — o nome do vendedor ou cooperado a quem deva ser paga e a cláusula à ordem;

IV —

V — a soma a pagar em dinheiro, com a indicação da taxa de juros, se houver, e dos bens objeto da compra e venda ou da entrega à cooperativa;

VI —

VII — a assinatura de próprio punho do comprador emitente ou do mandatário especial, bem como do responsável pela cooperativa.

"Art. 29. Aplica-se às cédulas de crédito rural estabelecidas nesta Lei, desde que inscritas, o princípio do § 2º do art. 18 da Lei nº 492, de 30 de agosto de 1937, e as disposições do Decreto-lei número 1.003, de 29 de dezembro de 1938, bem como todas as garantias da letra de câmbio, dispensado, porém, em relação às cédulas de crédito rural, como relativamente às promissórias rurais o protesto para assegurar o direito regressivo contra os endossantes e seus avalistas.

§ 1º Fica abolido o limite de valor atribuído à nota de crédito rural pela Lei nº 3.253, de 27 de agosto de 1957.

§ 2º O Conselho Monetário Nacional decidirá sobre a eventual

utilização de títulos cambiais em operações típicas de crédito rural."

CAPÍTULO VI

Das garantias do crédito rural

Art. 25. Poderão constituir garantia dos empréstimos rurais, de conformidade com a natureza da operação creditícia em causa:

I — Penhor agrícola;

II — Penhor pecuário;

III — Penhor mercantil;

IV — Penhor industrial;

V — Bilhete de mercadoria;

VI — Warrants;

VII — Caução;

VIII — Hipoteca;

IX — Fidejussória;

X — Outras que o Conselho Monetário venha a admitir.

Art. 26. A constituição das garantias previstas no artigo anterior, de livre convenção entre financiador e financiador, observará a legislação própria de cada tipo, bem como as normas complementares que o Conselho Monetário Nacional estabelecer ou aprovar.

Art. 27. As garantias reais serão sempre, preferentemente, outorgadas sem concorrência.

Art. 28. Os bens adquiridos e as culturas custeadas ou formadas por meio do crédito rural em que couber garantia serão vinculados ao respectivo instrumento contratual como garantia especial.

Art. 29. O Conselho Monetário Nacional estabelecerá os termos e condições em que poderão ser contratados os seguros dos bens vinculados aos instrumentos de crédito rural.

CAPÍTULO VII

Disposições transitórias

Art. 30. O Banco Central da República do Brasil assumirá, até que o Conselho Monetário Nacional resolva em contrário, o encargo dos programas de treinamento de pessoal para administração do crédito rural, inclusive através de cooperativas, podendo, para tanto, firmar convênios que visem à realização de cursos e à obtenção de recursos para cobrir os gastos respectivos.

Parágrafo único. As unidades interessadas em treinar pessoal concorrerão para os gastos com a contribuição que for arbitrada pelo Banco Central da República do Brasil.

CAPÍTULO VIII

Disposições gerais

Art. 31. Os órgãos de orientação e coordenação de atividades rurais, criados no âmbito estadual, deverão elaborar seus programas de ação, no que respeita ao crédito especializado, observando as disposições desta Lei e normas complementares que o Conselho Monetário Nacional venha a estabelecer.

Art. 32. Estendem-se às instituições financeiras que integrem basicamente o sistema de crédito rural, nos termos do art. 7º, itens I a IV, desta Lei, as disposições constantes do artigo 4º, da Lei nº 454, de 9 de julho de 1937, do art. 3º do Decreto-lei número 2.611, e do art. 3º do Decreto-lei nº 2.612, ambos de 20 de setembro de 1940, e dos arts. 1º e 2º do Decreto-lei nº 1.003, de 29 de dezembro de 1938.

Art. 33. Ficam isentas de taxas, despesas e comissões, relativas a serviços bancários, e do imposto do selo, as operações de crédito rural, sob quaisquer modalidades, de valor até

50 vezes o maior salário-mínimo vigente no País.

§ 1º Exceto com relação aos créditos rurais com garantia hipotecária, as operações referidas neste artigo para serem, até o seu vencimento, concedidas e utilizadas, independem de registro, quer do penhor, quer dos respectivos contratos e títulos, em cartório, coletoria federal ou repartição arrecadadora.

§ 2º Fica revogado o art. 53 da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964.

Art. 34. Ficam transferidas para o Conselho Monetário Nacional, de acordo com o previsto nos arts. 3º e 4º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, as atribuições conferidas à Comissão de Coordenação do Crédito Agropecuário pelo art. 15 da Lei Delegada nº 9, de 11 de outubro de 1962, artigo esse que fica revogado.

Art. 35. A concessão do crédito rural, em todas as suas modalidades, pelas instituições de crédito, públicas e privadas, independência da exibição de comprovante de cumprimento de obrigações fiscais, inclusive da certificação de declaração de bens ou da previdência social.

Parágrafo único. A comunicação, pela repartição competente, de ajuizamento de dívida fiscal ou previdenciária, impedirá a concessão do crédito rural ao devedor, a partir da data do recebimento, pela instituição de crédito, exceto se as garantias oferecidas assegurarem a solvabilidade do débito em litígio e da operação proposta pelo interessado.

Art. 36. As operações de crédito rural terão registro distinto na contabilidade dos financiadores e serão divulgadas com destaque nos balanços e balancetes.

Art. 37. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 38. Revogam-se as disposições em contrário.

As Comissões de Projetos do Executivo e de Finanças, nos termos dos arts. 102-A e 120 de Regimento Interno.

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 202, de 1965

(Nº 3.086-A, DE 1965, NA CASA DE ORIGEM)

Inclui no Quadro de Pessoal da Polícia do Distrito Federal, criada pela Lei nº 4.483, de 16 de novembro de 1964, o Grupo Ocupacional PM-400 — Policiamento Ostensivo, e dá outras providências.

(Está publicado em Suplemento à presente edição).

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 203, de 1965

(Nº 3.133-B/65, NA CASA DE ORIGEM)

Extingue a Divisão de Cooperativismo e Organização Rural do Departamento de Promoção Agropecuária do Ministério da Agricultura, transfere atribuições, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica extinta, no Departamento de Promoção Agropecuária do Ministério da Agricultura, a Divisão de Cooperativismo e Organização Rural, cujas atribuições foram transferidas, pela Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, para o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA).

Parágrafo único. Fica transferida para o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário a atribuição conferida ao Departamento de Promoção Agropecuária no art. 20 da Lei Delegada nº 9, de 11 de outubro de 1962, relativa à extensão rural.

Art. 2º Ficam igualmente extintos, no Quadro de Pessoal Permanente do Ministério da Agricultura, o cargo em Comissão, símbolo 4-C, de Diretor da Divisão de Cooperativismo e Organização Rural, bem como as funções gratificadas existentes naquela Divisão.

Art. 3º Cabe ao Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário a execução dos programas nacionais de revenda de material agropecuário, envolvendo materiais pesados e outros bens necessários à lavoura, criação e ao trabalho dos agricultores e de suas famílias.

§ 1º Ao Serviço de Renda de Material Agropecuário fica afeta a revenda de sementes, mudas, reprodutores, adubos, material de defesa sanitária animal e vegetal e outros materiais necessários ao cumprimento dos planos de trabalho do Ministério da Agricultura.

§ 2º Os planos de revenda já iniciados pelo Ministério da Agricultura permanecerão no corrente exercício sob

Art. 4º São transferidos ao Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário e acervo e os arquivos da Divisão de Cooperativismo e Organização Rural, bem como os materiais destinados à revenda, afeta àquela Autarquia, e disponíveis na data da presente Lei, que não estejam vinculados a programas já aprovados pelo Ministério da Agricultura.

Parágrafo único. Fica o Ministério da Agricultura autorizado a constituir uma Comissão incumbida, de, no prazo de 60 (sessenta) dias da publicação desta Lei, proceder ao levantamento dos bens a que se refere este artigo.

Art. 5º O Ministério da Agricultura poderá, mediante ajuste com o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário, desenvolver, através de seus Departamentos específicos, programas de revenda atribuídos por esta Lei àquele Instituto.

Art. 6º Fica o Ministério da Agricultura autorizado a aplicar em despesas de custeio com o Estabelecimento Rural de Tapajós, transferido àquele Ministério pelo art. 113 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, as disponibilidades de crédito consignado na Lei nº 2.530, de 10 de dezembro de 1964, sob a seguinte classificação: 4.12.00 — Ministério da Agricultura, 4.12.01 — Gabinete do Ministro, 3.0.0.0 — Despesas Correntes, 3.2.0.0 — Transferências Correntes, 3.2.9.0 — Diversas Transferências Correntes, 3.2.9.2 — Entidades Federais, 1) Pessoal dos Órgãos da Administração Descentralizada: X-29 — Superintendência da Política Agrária.

Art. 7º Além dos recursos previstos para o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário na Lei número 4.504, de 30 de novembro de 1964, fica atribuída àquela autarquia a contribuição que, pela Lei Delegada número 11, de 1 de outubro de 1962, era destinada à extinta Superintendência da Política Agrária (SUPRA), equivalente a 15% (quinze por cento) dos recursos concedidos ao Fundo Federal Agropecuário, oriundo da percentagem que lhe cabe da Receita Tributária da União.

Art. 8º Fica o Poder Executivo autorizado a tomar as demais providências

necessárias à execução do que dispõe a presente Lei.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10 Revogam-se as disposições em contrário.

As Comissões de Projetos do Executivo e de Finanças, de acordo com o disposto nos arts. 102-A e 120 do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 204, de 1965

(Nº 3.132-B/65, NA CASA DE ORIGEM)

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 120.000.000 (cento e vinte milhões de cruzeiros), para atender às despesas com a visita ao Brasil, em caráter oficial, de Suas Altezas Reais o Grão-Duque e a Grã-Duquesa de Luxemburgo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 120.000.000 (cento e vinte milhões de cruzeiros), para atender às despesas com a visita ao Brasil, em caráter oficial, de Suas Altezas Reais o Grão-Duque e a Grã-Duquesa de Luxemburgo.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

A Comissão de Finanças.

O SR. PRESIDENTE:

(Guilherme Moniz) — Está finda a leitura do expediente.

Há oradores inscritos.

Tem a palavra o nobre Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO:

Sr. Presidente, Srs. Senadores, minha presença em Brasília e no Senado, nesta data, visa a registrar, nos Anais desta Casa, pronunciamento estereotipado e escandaloso de um Governador de Estado, nesses dias que antecedem às eleições estaduais.

Trata-se, Sr. Presidente, da declaração despuerada, feita na televisão do Rio de Janeiro pelo Sr. Carlos Lacerda, segundo a qual gastaria dinheiro do povo, do contribuinte, gastaria um bilhão de cruzeiros, na compra de Deputados estaduais para homologação do seu candidato. Sr. Presidente, esta Nação, que vem acompanhando a atuação do Sr. Carlos Lacerda, sabe que aquele Governo está marcado pelos escândalos administrativos continuados, pelos atos ilegais, pelo malbaratado do dinheiro dos contribuintes, numa administração que eu não tenho um momento de hesitação em classificar como a mais corrupta que já teve aquela Unidade da Federação.

E' uma série de escândalos que se sucedem, começando com a contribuição de banqueiros de "bichos", seguida da venda de material prestável do Estado, como se fora sucata; perdoe a dívida de exportadores de café; de contas impugnadas pelo Tribunal de Contas, culminando com a construção de um "triplex" para o próprio Governador, violando todas as leis e todos os decretos que regulam a matéria.

Sabemos, também Sr. Presidente, das ligações comerciais de um dos filhos do Governador com um empreiteiro do Estado; sabemos dos empréstimos que o Banco do Estado da Guanabara faz aos empreiteiros que cons-

troem para o Estado. Mas nunca poderia passar pela idéia de alguém que o Governador do Estado afrontasse, assim, a Lei e o povo brasileiro, despejando toda a força e todo o poder da máquina administrativa da Guanabara, todo o dinheiro, que arrancou impiedosamente do contribuinte, para alcançar a eleição do seu candidato, do sogro do seu filho — o Senhor Flexa Ribeiro — a Governadora da Guanabara.

E não ficou aí, Sr. Presidente. Apesar dos bilhões que o Sr. Carlos Lacerda está gastando, nesta campanha eleitoral, contra o Código Eleitoral recentemente votado pelo Congresso, até mesmo a pressão que está exercendo em todos os órgãos do Estado, no objetivo de alcançar a vitória do seu candidato, ainda tem o despuer de, publicamente, perante as câmeras de televisão, escandalizar a população guanabarina, afirmando que compraria Deputados por um bilhão de cruzeiros, em benefício desse mesmo candidato.

Sr. Presidente, foi feita denúncia ao Tribunal Regional Eleitoral, quer quanto à corrupção ativa que está exercendo o Governador, gastando os dinheiros públicos numa eleição, quer em relação à promessa de corrupção e de suborno que fez publicamente. Mas não acredito surta qualquer resultado.

Eu disse e repito que ainda não apareceu, neste País, um homem assim, com a coragem de afrontar a tudo e a todos, como o Sr. Carlos Lacerda. Tenho medo, Sr. Presidente, de que esta Nação se curve, medrosa diante dele, tais são os seus atos de desrespeito e desatinos, como administrador, sem que o povo tenha força para se levantar a fim de contê-lo nas suas investidas, nas suas arremetidas.

Veja o Senado a sua audácia, na hora, em que ele mesmo se proclama, se confessa um subornado, um corruptor; nessa mesma hora, ele acusa o Presidente da República de "Pilato" em face da corrupção. E eu concordaria com isso, Sr. Presidente. O Sr. Presidente da República está sendo, de fato, um "Pilato" mas diante da corrupção do Governo da Guanabara. O Sr. Presidente da República está sendo um "Pilato" mas diante da corrupção praticada pelo Senhor Carlos Lacerda. E não só agora, mas de há muito tempo.

Essa Revolução, essa chamada Revolução, para guardar pelo menos as aparências em face de um dos motivos que apresentou ao povo, como consequência da sua deflagração, essa Revolução não mais pode cruzar os braços. Sr. Presidente, Srs. Senadores, diante do Sr. Carlos Lacerda. Não se trata, agora, de acusação a se comprovar; não se trata apenas de imputação a ser deformada por quaisquer processos, mas de um corrupto, de um subornado confesso que, publicamente, se declarou corrupto e subornado.

Está na hora de a chamada "Revolução" demonstrar de fato os seus propósitos. Simples acusações sem prova, simples suposições ou simples ódio, ou a simples perseguição, proscurem algumas dezenas de brasileiros, que não tiveram sequer o direito de defesa. Governador como Seixas Dória, impoluto e incorruptível, cuja Administração é assim um modelo de probidade, perdeu o mandato e está com os direitos políticos suspensos por dez anos. Governador como Miguel Arraes, cuja Administração, devassada impiedosamente, se alcançou como modelo de honradez, está com os direitos políticos suspensos por dez anos. O Vice-Governador da Guanabara, Elói Dutra, homem que sofreu todas as perseguições possíveis e toda sorte de pressão, teve igualmente

toda a sua atuação política devassada em todos os sentidos. Sabu, incofano, nada puderam fazer contra ele senão a injustiça de cassar-lhe o mandato e de suspender-lhe os direitos políticos por dez anos. Investiram contra um inocente, atingindo homens de bens, misturando-os numa mesma cumbuca com conhecidos corruptos, que, de fato, foram alcançados.

Essa "revolução", precisa, Sr. Presidente, alcançar agora esse corruptor-mor, esse subornador confesso que está no Governo da Guanabara, a afrontar a Nação e aquele extraordinário povo.

Faço este pronunciamento, Sr. Presidente, porque não queria que os Anais do Senado deixassem de registrar, antes de 3 de outubro, essa declaração do Sr. Carlos Lacerda. Todavia, tenho esperança. Estou participando da campanha na Guanabara, em apoio ao Sr. Negrão de Lima. Estou percorrendo os bairros do Rio de Janeiro, participando de comícios, inclusive tenho comparecido aos atos de instituições de comitês femininos. Contra os bilhões do povo que o Governador Carlos Lacerda está gastando; contra o terrorismo desatado naquela unidade da Federação; contra o maquiavelismo policial a tentar intimidar os partidários da candidatura Negrão de Lima, que, apesar de tudo, cresce dia-a-dia, aumenta de projeção hora-a-hora e vencerá nas urnas de 3 de outubro. Será, assim, a resposta do grande povo guanabarrino ao contínuo demagoguismo do corrupto que alcançou o Governo da Guanabara com a votação da minoria, em face da divisão das forças oposicionistas. Será a resposta do povo do Estado da Guanabara ao homem que vai entregar aquele Estado devedor com milhões de dólares aos Estados Unidos da América. Estado que ficará na História marcado pelo mais lamentável crime: o dos mendigos atraídos às águas do Rio da Guarda, o Estado das torturas, das sevícias, dos cárceres inundados; Estado que o Sr. Carlos Lacerda transformou em Estado polidescos onde impera apenas a violência e o procedimento afrontoso à Lei por parte daqueles que a deviam resguardar.

Não tenho dúvida, repito, de que o casti-o do povo, daquele extraordinário povo, será dado.

Demorado nessa primeira etapa, vencido nessa primeira etapa, a Nação estará livre do candidato a ditador que é o Sr. Carlos Lacerda, como candidato à Presidência da República. Já candidato dentro do seu próprio Partido, pois já se criou um esquema para rever a posição da União Democrática Nacional, renúncia nas suas mãos humidas da população que não vêem um inimigo, a sua derrota no seu reduto, apesar da corrupção, apesar da violência, apesar do terror, será a só forma definitiva nas suas pretensões para alcançar a suprema magistratura do País. E devemos recordar e Deus o assista acontecer, porque não tenho a menor dúvida que num ambiente assim como o em que vive este País, onde as eleições se professam ainda em clima apertado, com muitos IPM's a funcionar e a funcionar politicamente; num clima assim seria possível, sem liberdade ampla, que o Sr. Carlos Lacerda alcançasse a Presidência da República; e se a alcançasse, nós estaríamos marchando celeremente para uma ditadura. Isso será impossível pelo povo. Vai começar pela Guanabara, estarecida a esta hora diante do corrupto confesso; vai começar pela reação daquele povo generoso mas politicamente esclarecido, alegre mas civicamente evoluído. E democraticamente será a primeira derrota do grande demagogo, do grande corruptor, do grande corrupto.

O Senado não poderia ficar alheio, nesta hora, à grande afronta que esta Nação recebeu. Esperemos o resultado das denúncias ao Tribunal Regional da Guanabara, mas, sobrejudo, esperemos o resultado do comportamento do povo porque se aquele falhar, tenho certeza que este não falhará.

O Sr. José Feliciano — Permite V. Ex. um aparte?

O SR. ARTHUR VIRGILIO — Com prazer.

O Sr. José Feliciano — Essa afronta por parte de elementos da União Democrática Nacional, não se restringe à Guanabara. No meu Estado, por exemplo, no transcorrer da campanha eleitoral, temos verificado que a UDN, através dos seus representantes no Governo, tem exercido toda sorte de pressões, desde aquela que usa o poderio da máquina governamental, até as recomendações especiais a funcionários do Fisco, da Educação, do Departamento de Estradas de Rodagem e de outros setores da Administração pública estadual. Além disso, ainda existe a pressão indireta, subreptícia, feita através de manifestações de algumas autoridades e também da orientação mesmo da campanha sionista naquele Estado, isto é, afirmam eles que mesmo na hipótese do nosso candidato ser eleito não tomará posse. De maneira que estamos sofrendo toda forma de pressão.

O SR. ARTHUR VIRGILIO — Agradeço a colaboração de V. Ex. que disse a verdade. Tenho informações do que está acontecendo em Goiás, onde o Marechal Getúlio Vargas, imbuído daquele povo, nomeou milhares de funcionários, entre mil, obtendo apenas a eleição do candidato da UDN; tenho informações de que em Minas Gerais governado por um dos líderes da chamada revolução e que também está exercitando, lançando toda a máquina administrativa, todo o poder da máquina administrativa e todo poder do dinheiro de Minas Gerais na campanha eleitoral promovendo a maior movimentação comunitária da história daquele Estado.

Para V. Ex. ter uma idéia disto, o Governador de Minas Gerais de tanta crises a serviço do seu candidato e milhares de camponeses.

Só vejo nestes casos e no do Estado da Guanabara, uma diferença: aqueles procuram esconder sua atuação, escondendo os atos de suborno e de corrupção. O da Guanabara, não faz segredo para a televisão e proclama publicamente durante 10 horas, através da televisão para fazer o lançamento de seu candidato e vai ao extremo de dizer que comparecerá com um bilhão de cruzados do povo, os Deputados da Assembleia Legislativa.

É a única diferença que eu vejo no que acontece em Goiás, em Minas Gerais e no que acontece na Guanabara.

Sr. Presidente, aqui fica o registro. Sim, hoje a Brasília para ocupar a tribuna. Aqui não voltarei antes do dia 4 ou 5 de outubro porque, além de estar participando da campanha no Estado da Guanabara, acabo de receber convite para participar de campanha em Santa Catarina e lá estarei, como estarei em qualquer lugar onde receba solicitação para ir defender os princípios democráticos, defender a volta deste País ao regime verdadeiramente constitucional, em qualquer lugar onde possa defender a devolução total, integral, de todas as liberdades ao povo brasileiro. (Muito bem. Muito bem.)

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Tem a palavra o nobre Senador Pedro Carneiro

O SR. PEDRO CARNEIRO:

(Lê o seguinte discurso) — Senhor Presidente, Srs. Senadores, cremos sinceramente, estar cumprindo uma justa homenagem, ao pedir seja consignado o posar desta Casa pelo falecimento de Augusto Belchior de Araújo, ocorrido, em Belém, no passado dia 17. Foi um homem que deu a um período agitado da história política do Estado do Pará, a presença marcante de sua própria agitação, que fazia dele um combatente de primeira linha nas campanhas políticas das quais participou, todas elas, devemos reconhecer, marcadas por uma coerência de ideais e, também, de sentimentos que já não é a constante na política de hoje.

Augusto Belchior de Araújo, viveu os agitados anos posteriores à Revolução de 1930, e, à medida que a política paranaense se cristalizava na figura do grande líder que foi Joaquim Cardoso de Magalhães Barata, Augusto Belchior de Araújo, do lado oposto, cimentava as suas convicções, expandia suas atitudes públicas e, também, arraigava os sentimentos pessoais que o afastaram, cada vez mais e para todo sempre, do grande chefe que o Estado do Pará hoje relembra, através da quase totalidade dos paranaenses, com carinhosa saudade.

Poderá parecer um contrasenso que ao pretender elogiar um dos adversários mais ferrenhos e irreconciliáveis de Magalhães Barata, estejamos nós a exaltar o próprio Barata. Com isso, porém e na verdade, estamos prestando a melhor homenagem a Augusto Belchior de Araújo, reconhecendo-lhe a virtude da coerência, proclamando-lhe a ousadia e a combatividade, predicados que o próprio Magalhães Barata, se vivo fosse, seria o primeiro a exaltar.

Augusto Belchior de Araújo, viveu a campanha tormentosa da Frente Única, jogando-se de corpo e alma, com razão ou sem razão, à tarefa de derrubar a liderança que Magalhães Barata, assumira no Estado do Pará. Afastado Magalhães Barata, ao ser exonerado da Interventoria, foi Augusto Belchior de Araújo um colaborador eficiente do novo Interventor, destacando-se em trabalhos relacionados com a regulamentação das terras devolutas do Estado e com as obras públicas. Voltando Magalhães Barata ao Poder, novamente como Interventor, nomeado pelo então Presidente Getúlio Vargas, continuou Belchior de Araújo a obra e, em termos muito mais difíceis, desde que iniciada toda e qualquer campanha pelas notórias restrições do chamado Estado Novo. Mas a sua própria agitação não o deixava indiferente e passou a ser uma permanente propagação ambulante contra o Interventor, a quem criticava em simples palestras e a cada esquina.

A redemocratização do País, em 1945, levou-o para a União Democrática Nacional, partido ao qual se filiou a grande maioria dos membros da antiga Frente Única. E na União Democrática Nacional, permaneceu até ser nomeado Ministro do Tribunal de Contas do Estado, cargo no qual foi aposentado. Antes, em 1947, foi Vereador à Câmara Municipal de Belém, formando na bancada de oposição, a ser constituído o primeiro Legislativo Municipal. Ainda aí, era a Magalhães Barata quem combatia, combatendo o Governador pessadista que fora eleito o Prefeito de Belém, até então nomeado.

A vida agitada de Augusto Belchior de Araújo, quase que um guerrilheiro da política, pela campanha pessoal que movimentava em simples conversas e nas esquinas da cidade, terminou, em trágica contradição, em uma quase imobilidade.

Antes mesmo de ser aposentado no Tribunal de Contas, teve de, em sucessivas crises de saúde, abandonar toda e qualquer atividade, tanto a funcional, como aquela que realizava por iniciativa própria e bem ao gosto de seu temperamento. Ficou anos seguidos em sua casa, cercado da família, impossibilitado de ir às ruas, de conversar com amigos, de criticar os poderosos já aí nomeando Magalhães Barata, que precedera na morte. Restava-lhe, como fuga a prisão a que fora condenado, a leitura dos jornais e os longos telefonemas para os amigos mais próximos. Depois, até estes cessaram.

Belchior de Araújo estava irremediavelmente isolado daquilo que mais lhe agradava: a agitada convivência social e política.

Agora, que repousa para sempre, depois de anos de enfermidade, cercado pelo carinho de sua família, é de justiça lembrá-lo, nesta Casa, homenageando-o pelo que foi: entre virtudes e defeitos, um paranaense que viveu intensamente a sua época, com toda a grandeza de sua alma e de seu coração inquietos. (Muito bem.)

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Tem a palavra o nobre Senador José Feliciano.

O SR. JOSÉ FELICIANO:

(Não foi revisado pelo orador) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, venho transmitir ao Presidente da República, ao Ministério da Viação e Obras Públicas, ao Diretor do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem e ao Presidente do Conselho Rodoviário Nacional o apelo dos produtores rurais, da população e das autoridades do Sudeste goiano principalmente de Itumbara, Goiânia, Buriti-Alegre, Bom Jesus de Goiás, Rio Verde e Jataí, municípios da maior densidade de produção agrícola, no sentido de que seja intensificada a construção e o asfaltamento da Rodovia BR-54, cuja construção já consta do Plano Rodoviário Preferencial do Governo Castelo Branco, no trecho de Itumbara-Rio Verde-Jataí.

As autoridades daquela região enviaram a Sua Excelência o Senhor Presidente da República um Memorial do qual extraio alguns elementos para Rurificação do apelo que ora transmiro. (Lê)

"Esta rodovia atravessa a maior região de lavra mecanizada do Brasil Central e uma das maiores produtoras e exportadoras de bovinos, encontrando-se, pois, em condições de oferecer soluções à angustiante crise de abastecimento, que atinge os grandes centros do País."

Alcançou tal desenvolvimento, que já tem a deficiência de transportes, insuportável ponto de estrangulamento de sua economia.

Isso se verifica sobretudo porque, de uma parte, os produtos agrícolas recebem enorme sobrecarga de frete e os bovinos são transportados por si mesmos.

Eis alguns índices de produção do arroz: nas safras de 1962, 1963, 1964 e 1965, tivemos, em sacas de 60 quilos: 1962: 4.860.000; em 1963: 4.811.000; em 1964: 7.912.000; e para 1965, uma previsão de 12.000.000 de sacas. Isto, no valor do corrente ano, dá cerca de 60 bilhões de cruzeiros.

Esses dados estão com o índice de preços da saca de arroz no mês de março. Ainda temos a produção de feijão nesses mesmos anos, em sacas de 60 quilos: em 1962: 453.155 sacas; em 1963: 811.192; em 1964: 400.000; em 1965: 800.000; no valor, só em 1965, de 8 bilhões de cruzeiros.

Ora, a exportação de bovinos faz-se ao longo das estradas, conduzidos nas célebres boiadas, e só a região sudoeste goiana, por ano, exporta cerca de 300 mil cabeças de boi. Naturalmente que, pela ausência de estradas de rodagem e, sobretudo, de estradas de ferro, esses animais, transportados numa distância de cerca de 600 ou mais quilômetros, durante esse percurso, consomem sua própria proteína; em consequência, perdem cerca de 60 a 100 quilos de peso. Colocados em novas pastagens fora do seu Estado, são recuperados dos quilos que perderam, não só na caminhada como também em virtude das endemias e das epizootias, advindas no percurso.

Assim analisando, depreendemos que na exportação feita ainda pelo tradicional sistema de boiadas, em cerca de 30 a 35 dias de viagem, os bovinos, que saem gordos das invernações, chegam àquelas outras invernações com perda quase total de peso, razão pela qual são reempastados por mais um ano, custando o reempastamento, de cada bovino, em média, Cr\$ 70.000. E 300 mil cabeças a ... Cr\$ 70.000 dão uma despesa total de Cr\$ 21.000.000.000. Assim, só com a perda da carne desses bovinos, o País tem um prejuízo de ... Cr\$ 21.000.000.000, anualmente.

Verificamos agora, Sr. Presidente, que neste período do ano, repetidamente, falta carne no mercado dos grandes centros urbanos brasileiros. E isto, exatamente, pela deficiência de transporte conveniente para as zonas produtoras, agrícolas e pecuárias. E este prejuízo é decorrente da falta de estradas capazes de permitir o tráfego de grandes caminhões-gaiola transportadores de bovinos que, formando extensos comboios, têm eliminado a tradição economicamente dis-

torsiva das boiadas, em todas as zonas criadoras do Brasil que contam com rodovias adequadas.

Devemos considerar ainda que o custo da construção e pavimentação dessa rodovia — BR-452, antiga BR-54 — é da ordem de 14 bilhões de cruzeiros, visto que já estão construídos cerca de 17 km, de Cachoeira Dourada, em rumos de Rio Verde — Jataí.

Logo, concluída essa rodovia, a Nação, investindo 14 bilhões de cruzeiros, ainda ficará com um saldo de 7 bilhões de cruzeiros, só em relação a um ano, no escoamento da safra de produção bovina daquela região. Mas ainda existe a produção agrícola de cerca de 130 bilhões, no último quinquênio.

Assim, esta produção agrícola poderia ser também exportada através de rodovia asfaltada, com todas vantagens de que os produtores rurais e os consumidores urbanos gozariam com um frete extremamente barato.

Há que considerar que só naquela região temos cerca de 5 mil tratores e cerca de 10 mil veículos motorizados, geralmente, usados, não só no trabalho de preparo do terreno, não só no trabalho da parte agrícola como — e principalmente — no de transporte dos produtos daquela área para a estrada federal, a antiga BR-14. Faz-se, assim, o acesso da área produtora até o ponto de exportação, por intermédio de estradas municipais, estaduais e sobretudo, através de caminhos no interior dos vários municípios da região.

Ora, a prova da intensidade do tráfego foi feita pelo Departamento Fiscal da Secretaria da Fazenda, através do registro diário do movimento de veículos, sobretudo na Estrada de Itumbiara a Rio Verde. E assim verificamos que, através de uma estrada estadual de péssimas condições de tráfego, paralela a esta que deverá ser construída, nós tivemos, entre caminhões e ônibus, 4.332; automóveis e camionetas, 2.842; 2.030 jipes e 1.068 tratores.

E' fácil de verificar que este levantamento do movimento de tráfego foi

feito no mês de setembro — quando se sabe que a safra é exportada do mês de abril a junho — donde se conclui que, nos meses de abril, maio, junho e até mesmo julho, o movimento, naquela estrada estadual de péssimas condições de tráfego, é muito superior a 25 mil veículos mensais. Temos também a salientar que aquela região está sendo paulatinamente servida pela energia fornecida pela Central Elétrica de Goiás, através da Usina geradora de Cachoeira Dourada.

Assim, já temos Municípios como Itumbiara, Goiátuba, Buriti Alegre, Panamá e outros, abastecidos pela energia de Cachoeira Dourada e, dentro de mais alguns meses, teremos todo o centro sudoeste também suprido por essa usina geradora, através da linha de transmissão que alcançará Rio Verde dentro de pouco tempo. Desse modo, as cidades de Quirinópolis, Jataí e outras serão abastecidas de energia elétrica.

Dai se vê a repercussão que terá a construção da antiga BR-54, na economia, como também terá grande influência na parte social do sudoeste goiano. Essa repercussão será extremamente benéfica, não só para a área rural como e principalmente para os grandes centros do nosso Estado.

Assim, Sr. Presidente, deixamos este apelo sobretudo dos Municípios de Itumbiara, Goiátuba, Rio Verde e Jataí, para que sejam incrementados os trabalhos de construção e de pavimentação da rodovia BR-452, antiga BR-54, no trecho de Itumbiara, Rio Verde e Jataí. (Muito bem! Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

(Guilherme Mondim) — Não há mais oradores inscritos.

Passa-se à Ordem do Dia.

A pauta da Ordem do Dia é toda ela composta de matéria em fase de votação.

Dada a inexistência de quorum fica adiada para a sessão de amanhã.

Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a presente sessão, designando para a próxima a seguinte

ORDEM DO DIA

Sessão de 24 de setembro de 1965

(Sexta-feira)

1

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 174, de 1965 (nº 3.054-B-65, na Casa de origem), de iniciativa do Sr. Presidente da República, que dispõe sobre o Serviço Nacional de Recenseamento e dá outras providências tendo pareceres favoráveis (números 1.088 e 1.039, de 1965) da Comissão de Projetos do Executivo e de Finanças, sobre o projeto e dependendo de pronunciamento da Comissão e Justiça sobre o projeto e as emendas e das Comissões de Projetos do Executivo e de Finanças sobre as emendas.

2

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 268, de 1964 (nº 508-B-59, na Casa de origem) que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 201.591.171,50, para o fim que especifica, tendo pareceres favoráveis, sob nºs 257 e 1.026, das Comissões: de Finanças e de Transportes, Comunicações e Obras Públicas — (audiência requerida pelo Sr. Senador Aloysio de Carvalho).

3

Votação, em turno único, do Requerimento nº 676 em que o Sr. Senador Vivaldo Lima solicita autorização do Senado para participar da reunião do Conselho de Governadores da Liga das Sociedades da Cruz Vermelha e da 20ª Conferência Internacional da Cruz Vermelha, a realizarem-se próximamente em Viena.

4

Votação, em turno único, do Requerimento nº 677, de 1965, pelo qual o Sr. Senador Adalberto Sena solicita trinta dias de licença em prorrogação. Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 16 horas).

Comissão Especial, criada pela aprovação do Requerimento nº 285, de 1965, para "Proceder ao estudo e à coordenação de medidas tendentes ao controle de preços da exportação das matérias primas, minerais e produtos agropecuários nacionais".

ATA DA 5ª REUNIÃO, REALIZADA NO DIA 9 DE SETEMBRO DE 1965

Aos nove dias do mês de setembro do ano de mil novecentos e sessenta e cinco, às dez horas, na Sala de Reuniões da Comissão de Finanças do Senado Federal, sob a presidência do Senhor Senador Heribaldo Vieira, Vice-Presidente, presentes os Senhores Senadores Atilio Fontana, José Ermírio (Relator) e Raul Giuberti, reúne-se a Comissão Especial do Senado Federal, criada com a aprovação do Requerimento nº 285, de 1965, para tomada do depoimento do Sr. José Freire de Alencar.

Deixam de comparecer, com motivo justificado, os Senhores Senadores Argemiro de Figueiredo, Eugênio de Barros e Sigefredo Pacheco (Presidente).

E' dispensada a leitura da ata da Reunião anterior que, colocada em votação, é aprovada e vai à publicação.

O Sr. Presidente, abrindo os trabalhos, concede a palavra ao Senhor

ATAS DAS COMISSÕES

Senador José Ermírio, Relator da Comissão, para formular as perguntas que julgar necessárias ao Sr. José Freire de Alencar.

O Senhor Relator, com a palavra, inicialmente faz a apresentação do convidado à Comissão, referindo-se ao seu conhecimento sobre o assunto para, em seguida, solicitar ao convocado faça uma explanação acerca da atual situação dos garimpeiros no vale amazônico e das invasões de grupos estrangeiros naquela Região.

O Sr. José Freire de Alencar, ao início do seu depoimento, entrega à Comissão recortes de jornais, os quais, por despacho do Sr. Presidente são anexados aos autos às fls. de números 125 a 128.

Prosseguindo, o Sr. José Freire de Alencar informa que as suas denúncias da am de 1954, quando exercia o cargo de Presidente da República o Dr. João Café Filho, continuando até hoje a efetua-las. Nesta altura da sua exposição, abre um parêntese, para fazer uma menção honrosa ao Presidente Jânio Quadros que, baseado unicamente numa certa denúncia, criou uma Comissão de Inquérito até a Região para averiguar as irregularidades narradas em sua missiva.

A seguir, o Sr. Relator, interrompe a explanação do depoente para perguntar quais as riquezas minerais que estão sendo exploradas na Amazônia, sem pagar impostos ao País, quais os grupos que fazem a expor-

tação e que meio de transporte usam para levar para o exterior.

O Sr. José Freire de Alencar, em resposta informa que, além do ouro e de areias de alto valor, cristais de rocha são exportados de Tocantins por aviões, através de campos clandestinos, para o exterior. Esclarecendo, ainda, que nacionais também auxiliam os estrangeiros no citado tráfico.

Em prosseguimento passa a revelar os nomes das firmas atuantes na região e os meios de transporte utilizados atualmente pelos contrabandistas para, em seguida, afirmar estarem os garimpeiros a receber um tratamento desumano por parte das companhias.

O Sr. Senador Atilio Fontana, ao transcorrer da exposição do convidado, pede a palavra e formula quesitos ao depoente relativos aos fatos narrados obtendo do declarante os esclarecimentos solicitados.

A esta altura dos trabalhos, à onze horas e cinco minutos, assume a presidência o Senhor Senador Raul Giuberti.

O Sr. Presidente dando continuidade aos trabalhos, concede novamente a palavra ao Sr. José Freire de Alencar para a conclusão das suas declarações o qual, ao final, coloca ao inteiro dispôr da Comissão para outras indagações.

O Sr. Presidente, como nenhum membro da Comissão desejasse formular quesitos, agradece ao depo-

ente o seu comparecimento e convida os Senhores membros da Comissão para a nova reunião da Comissão a realizar-se, no dia de hoje, às 15:00 horas, quando, perante este órgão comparecerá o Exmo. Sr. Ministro da Indústria e Comércio.

E, concluindo, informa que as notas taquigráficas, tão logo sejam decifradas, serão publicadas como anexo da presente ata.

Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerra a presente reunião e, para constar, lavrei eu, J. Ney Passos Dantas, Secretário da Comissão a presente ata que uma vez lida, aprovada e assinada pelo Sr. Presidente, vai à publicação. — Senador Heribaldo Vieira, Vice-Presidente, no exercício da Presidência.

ANEXO A ATA DA 5ª REUNIÃO, REALIZADA NO DIA 9-9-65. AS 10:00 HORAS

PUBLICAÇÃO DEVIDAMENTE AUTORIZADA PELO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO

Presidente da Comissão: Senador Sigefredo Pacheco — Vice-Presidente: Senador Heribaldo Vieira — Relator: Senador José Ermírio — Convidado da presente reunião: Senhor José Freire de Alencar.

O SR. PRESIDENTE (Senador Heribaldo Vieira) — Havendo quorum regimental, estão abertos os nossos trabalhos.

E' dispensada a leitura da ata da reunião anterior.

Acha-se presente, atendendo a convite da Comissão, o Sr. José Freire de Alencar, garimpeiro e prospectador de minérios no vale da Amazônia, que merece nossos agradecimentos pela atenção com que nos distinguiu.

Dou a palavra ao Sr. Relator, Senador José Ermírio, para fazer as perguntas que desejar.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO (Relator) — O Sr. José Freire de Alencar mora no vale amazônico há 55 anos e tem conhecimentos muito grandes daquela região. Além disso, tem uma informação a nos dar que julgo muito útil à Comissão, a respeito da situação atual dos garimpeiros e das invasões de estrangeiros naquela zona, razão por que seria melhor ouvirmos, inicialmente, sua exposição. Dêsse modo, ficaria devidamente registrado que, no futuro, poder-se-ia ter grande projeção para o País, pois se trata de região dos minerais mais ricos do Brasil. Cedo, pois a palavra ao Sr. José Freire de Alencar, com permissão do Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Senador Heribaldo Vieira) — Tem a palavra o Sr. José Freire de Alencar.

O SR. JOSÉ FREIRE DE ALENCAR (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, perguntaria a V. Exa. preliminarmente, se não seria melhor que primeiro os nobres membros desta Comissão lessem estes recortes, que tenho em meu poder, a respeito de denúncias feitas através dos jornais. Depois, então, poderiam ser feitas inquirições a respeito das partes principais.

O SR. PRESIDENTE (SENADOR HERIBALDO VIEIRA) — De acordo com a sugestão do Relator, creio que será melhor que V. S. faça, primeiramente, uma exposição a respeito de tudo que se passa naquela região.

O SR. JOSÉ FREIRE DE ALENCAR — Houve uma comissão que percorreu a região de minerais, desde o vale do Tocantins até o Araguaia e, então, com o incentivo dessa comissão, composta dos Capitães Deodoro Sarmiento e Etchegeoin, nos foi possível adquirir os produtos da mineração, como o diamante, ouro e outros associados. Vimos trabalhando desde 1940, quando em 1945 começaram a chegar grupos estranhos à região a examinar nossa produção.

Obedecemos, ainda, ao regime do Código de Minas e despachávamos diamantes de acordo com o exigido por aquela lei. Chegamos a produzir 43.000 quilates em uma safra, sendo que nem todos poderiam pagar impostos devido a sua classificação. Pagaram somente 22.000 quilates. Esses verdadeiros pistoleiros tomaram conta da região do Canal do Jau, Canal do Valentim e Canal de Santo Antônio e apoderaram-se dos minérios. Adquiriram máquinas especializadas, extrairam grandes quantidades e a produção dessa empresa não passava pela Colêtorial Federal de Marabá. Ila para o Rio de Janeiro e era comercializada com firmas de judeus. Naquela época, dependíamos de 12 mil garimpeiros, só naquela região, fora a do Araguaia e Tocantins. Eles confiavam em mim e para mim apelavam, mas eu não tinha apoio e, então, comecei a denunciar.

Minha primeira denúncia foi em 1954, ao Sr. Café Filho, que infelizmente não resolveu nada. Repeti a denúncia ao Sr. Carlos Luz, mas veio depois a probanda do Sr. Juscelino Kubitschek e então senti que não podia fazer nada em benefício da coletividade.

Quando o Sr. Jânio Quadros assumiu a Chefia do Governo, fiz uma pequena carta-denúncia. Doze dias depois S. Exa. enviou uma Comissão de Inquérito para apurar as irregularidades. Isto foi a 19 de março. Em seguida veio a renúncia do Sr. Jânio Quadros e aqueles estrangeiros

voltaram a tomar conta, e a explorar a zona. Quando há uma exploração, eles invadem.

Existe um decreto — cuja cópia tenho aqui comigo — que ampara os garimpeiros. A margem direita do Tocantins foi invadida, de maneira que eles continuam a exportar os minérios.

De uma só vez exportaram 7 quilos de diamantes, que àquela época valiam 250 mil cruzeiros a grama.

Disto tirei uma certidão da Colêtorial Federal e juntei ao longo relatório, que enviei para cá. Este relatório, depois, desapareceu. E eu continuei com aquela gente a meu lado, sendo transferidos, sendo atacados, perseguidos várias vezes, no sentido de desaparecer o nosso trabalho, sempre à frente da luta, na defesa dos minérios que estavam sendo surrupiados.

Ultimamente, não mais podendo podendo continuar essa situação, tive que vir a Brasília, o que já havia feito no regime passado, quando procurei a Frente Nacionalista, na gestão dos Srs. Ferro Costa, Saturnino Braga, etc. que prometeram organizar uma Comissão que lá não apareceu.

Como dizia, para livrar-me da situação, procurei, então, uma Comissão Militar, na Assessoria de Guerra, vim a Brasília, fiz um depoimento que foi aceito e serviu de ponto de partida para uma investigação levada a efeito sem meu conhecimento e da qual resultou a verificação da situação que mencionei. Eles passaram 12 dias em toda a região, pois eu não me referi somente a parte do Tocantins.

Narrei também a parte de riquezas minerais e nas áreas das rodovias. Quando cheguei, mandaram me chamar e me apoiaram, dizendo que, se o Sr. Presidente da República não tomasse em consideração, as Forças Armadas tomariam. Eu fiquei numa situação esquisita. Mas essa Comissão tentou se organizar várias vezes, mas nunca pôde sair de Brasília, sempre havia um inconveniente, que até hoje não compreendi qual seja. Não sei que forças ocultas eram estas que impediam qualquer investigação. Nesse espaço de tempo, voltei ao Tocantins, já apoiado pela Fundação Brasil Central, que me chamou e queria que eu fizesse uma revisão da área que pertencia à Fundação. Quando lá estive vi que estava sendo bloqueada grande quantidade de mogno, excelente madeira. Nisto rebentou a revolução. Quando voltei a Brasília, já encontrei um interventor na Fundação. Preparei um relatório, dizendo que ficaram 25 mil toros de mogno derramados pelo rio, em demanda de transporte para ser embarcado diretamente para Nova York sem o devido conhecimento das nossas autoridades.

Enquanto isso, fiz esse percurso sem ser funcionário da Fundação Brasil Central, mas como colaborador.

Quando cheguei aqui fui informado que não tinha nenhum assentamento a meu respeito, e que o meu caso seria levado em consideração no sentido de que qualquer coisa a meu respeito que fosse encontrada seria regularizada. Mas isso não aconteceu.

Trabalhei numa companhia que explorava minério no Rio Tapajós. Nessa companhia trabalhava nas comissões; trabalhava no Rio Tapajós nas comissões de geólogos e engenheiros. Por isso é que estou a par desse movimento contrabandista.

Depois surgiu o caso de Jacareacanga. Nessa oportunidade acompanhei esse setor de exploração. Depois colhi os resultados dessa exploração. De forma que nunca podemos tomar a liberdade de fixar aquilo que nos pertence nessa zona, no sentido de riquezas florestais e minerais.

Minhas denúncias têm sido objeto de reportagens de jornais, que histórias muito o assunto. Era a exploração que desejava fazer.

O SR. PRESIDENTE (Senador Heribaldo Vieira) — Com a palavra o Sr. Relator.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO (Relator) — Gostariamos de saber quais as riquezas minerais que estão sendo exploradas na Amazônia, sem pagar impostos ao País, quais os grupos, que fazem, que exploram, que levam para o exterior e de que meio de transporte se utilizam para levá-las.

O SR. PRESIDENTE (Senador Heribaldo Vieira) — Tem a palavra o Sr. José Freire de Alencar.

O SR. JOSÉ FREIRE DE ALENCAR — Os minerais são os diamantes e seus associados, areias diversas e do mais alto valor, que, infelizmente, não posso discriminar. São vários os tipos de areia. Tenho algumas informações.

No sentido mineral temos o cristal de rocha. Os minérios saem clandestinamente por aviões estranhos à região. Algumas vezes usaram os nossos aviões no Brasil Central, conforme consta de diversos jornais, com autorização, para pequenos transportes.

O SR. PRESIDENTE (Senador Heribaldo Vieira) — Há bom campo de pouso?

O SR. JOSÉ FREIRE DE ALENCAR — Há. Tenho fotografias. Há muitos campos clandestinos. Tem em Roraima, no Araguaia. Sei aonde estão, pois bati fotografias. Os grupos não deixam ninguém se aproximar, destes aeroportos. Essas fotografias encontram-se em um relatório na Fundação Brasil Central. Não posso mencionar, porque assumi responsabilidade.

O SR. PRESIDENTE (Senador Heribaldo Vieira) — São todos estrangeiros?

O SR. JOSÉ FREIRE DE ALENCAR — Não, Senhor. Há também brasileiros aliados aos grupos.

O SR. PRESIDENTE (SENADOR HERIBALDO VIEIRA) — Não pode V. S. mencionar nomes de pessoas envolvidas no contrabando? V. S. tem toda a liberdade de fazê-lo, com toda a confiança, porque este órgão do Senado lhe dá todas as garantias.

O SR. JOSÉ FREIRE DE ALENCAR — Muito bem. Eu sei que as tenho. Entretanto, há certa cautela que tenho de adotar, denunciando as irregularidades pouco a pouco. Preciso ter confiança, o detalhe da realidade, para depois...

O SR. PRESIDENTE (SENADOR HERIBALDO VIEIRA) — Então faça V. S. a exposição.

O SR. JOSÉ FREIRE DE ALENCAR — Pelo menos nessa área do Tocantins existe a firma Taitamirim, Ananaquara, mas é subsidiária da Companhia Americana USABRA com sede na Guanabara. Lá havia um engenheiro brasileiro, que, depois de fazer os serviços, o grupo internacional o colocou para fora. Chama-se José Artimim Sobrinho. Foi quem me informou com todos os pormenores, dizendo para me afastar da questão recebi proposta para me afastar, para não adotar a defesa dos garimpeiros. Depois, temos o Sr. Neides, indiano, também engenheiro geólogo. Não pude penetrar muito com ele. Depois há o Sr. Moore. Foi quem me perseguiu e hoje está como supervisor dessa grande empresa. Depois, o Sr. Jimmy. Há muitos, tenho uma relação. Não gostaria de dizer, porque acho que o momento é muito grave. Isto tudo tem uma repercussão muito grave para a situação nacional. Lamentavelmente, entretanto, não tenho a proposta por escrito, documentada, mas possuo duas testemunhas do fato.

A verdade é que me ofereceram trinta e cinco mil cruzeiros, em sete prestações, desde que me afastasse da questão dos minérios. O nome das

testemunhas são os seguintes: Raimundo Araújo e Ulysses Guimarães, que são garimpeiros naquela região, e que poderão confirmar aquela proposta que me foi formulada em 1962, desde que eu concordasse em abandonar a questão dos minérios. Então a resposta que dei foi que não iria vender minha consciência, unicamente para viver bem, a eles ficassem inteiramente com os minérios.

Conforme declarei, já fiz um relatório a respeito do fato, na Assessoria do Ministério da Guerra, quando o Sr. Ministro me surpreendeu com uma expressão que me deixou nervoso, pois, realmente, fiquei receoso e indagando, a mim mesmo, onde é que estaria eu metido e qual seria essa força. Hoje, não.

Entreguei naquela oportunidade também a Presidência da República, através do Sr. Darci Ribeiro, com fotografias e tudo, mas, até hoje, nada foi feito. Apresentei relatório também ao General Assis Brasil, que o tomou em consideração, mas não houve providências.

Sr. Presidente, tenho 56 anos de idade e tenho de memória as minhas lutas. Vou passar, agora, à questão florestal, mais precisamente à questão do mogno, que está ligado à mesma zona de minérios. Aconteceu o seguinte: na exploração da madeira, havia no porto de Joana Ceres alguns toros para experiência. Um desses toros, ao ser levantado por um guindaste caiu e partiu-se. Verificou-se, então, que era óco e que continha pedras não identificadas. Os jornais publicaram o fato, mas, depois foi superada a situação.

O SR. PRESIDENTE (SENADOR HERIBALDO VIEIRA) — Sr. José Freire de Alencar, nesta nota de jornal há uma referência sobre a não existência de fiscalização.

O SR. JOSÉ FREIRE DE ALENCAR — Eu a pedi, através de requerimento.

O SR. PRESIDENTE (SENADOR HERIBALDO VIEIRA) — Sei. O Sr., após esgotar seus pedidos à Colêtorial Federal, foi ao juiz de Marabá, mas este recusou-se. Diz aqui que ele recebia Cr\$ 200.000 dessa companhia americana, para ampará-la.

O SR. JOSÉ FREIRE DE ALENCAR — Recebia 200.000 por semana. A mineração é feita por semana.

O SR. PRESIDENTE (SENADOR HERIBALDO VIEIRA) — Qual o nome desse juiz?

O SR. JOSÉ FREIRE DE ALENCAR — Raimundo Olavo de Araújo. E o outro que o substituiu, Osvaldo Alcântara continuou recebendo Cr\$ 200.000 por semana.

O SR. PRESIDENTE (SENADOR HERIBALDO VIEIRA) — Continue a sua exposição.

O SR. JOSÉ FREIRE DE ALENCAR — Diante do que observamos, eu, um garimpeiro, não tinha forças para lutar; tinha que procurar as autoridades.

O próprio Governador Aurélio Cordeiro do Carmo, procurado por mim, teve ocasião de dizer-me: "Acho que o Sr. tem muita audácia, mas não conhece o assunto. Eu como Governador, não posso ir de encontro a isso".

Expliquei-lhe que, desde a minha infância, me acostumei a lutar. Disse a S. Exa. que se hoje o Brasil goza de um território tão futuramente sereno o Estado do Acre (naquela ocasião não era ainda), foi com a nossa luta, da minha família, que perdeu ali tudo, isso no tempo do Cel. Parisfal, quando meu pai perdeu tudo, com a promessa de receber a recompensa devida, que não veio.

Disse-me, então, o Governador que ali o caso era diferente, tudo que estivesse ao seu alcance seria feito, e de fato, procurei a Secretaria do Estado, e a Câmara de Belém enviou

um telegrama ao Congresso Nacional sobre a minha exposição. Daqui responderam não sei o que.

O SR. PRESIDENTE (Senador Heribaldo Vieira) — Nessa denúncia que o Sr. fez à imprensa, aliás inclusive a aviação da Força Aérea Americana: que tinham o tráfego de diamantes contrabandeados. É uma denúncia de maior gravidade.

O SR. JOSÉ FREIRE DE ALENCAR — Fazia, e pode-se recorrer aos comandos dos campos de Marabá.

O SR. PRESIDENTE (Senador Heribaldo Vieira) — Em que ano ocorreram essas irregularidades?

O SR. JOSÉ FREIRE DE ALENCAR — Em 1960, 61. De 1963 para cá depois de meus relatórios, eles então mudaram. Não era mais a aviação Americana com aviões USAF mas sim pequenos aviões de raso de ação de seis horas.

O SR. PRESIDENTE (Senador Heribaldo Vieira) — Lanchas também?

O SR. JOSÉ FREIRE DE ALENCAR — Lanchas, também. Até chegar a Marabá. Eles tinham um campo de aviação na ilha de Pixuna. Mas, com a minha denúncia, cancelaram o campo e começaram a usar grandes lanchas que singram o rio com grande facilidade.

O SR. PRESIDENTE (Senador Heribaldo Vieira) — Atualmente, no presente momento, qual é a situação com referência ao contrabando?

O SR. JOSÉ FREIRE DE ALENCAR — Atualmente, tenho como carvão de produtores. As atividades não foram suspensas. Recentemente, foram presos os garimpeiros. O DNPM prendeu os infratores que estavam trabalhando ilegalmente para essa companhia. Mas essa não é a solução. Com quem essa pessoa vai se localizar?

O SR. PRESIDENTE (Senador Heribaldo Vieira) — A empresa americana continua com essas máquinas?

O SR. JOSÉ FREIRE DE ALENCAR — Até o ano passado, continuava. Até 4 de fevereiro, quando eu saí de lá.

O SR. PRESIDENTE (Senador Heribaldo Vieira) — O senhor atualmente onde está residindo?

O SR. JOSÉ FREIRE DE ALENCAR — Atualmente estou em São Paulo na casa de um dos meus filhos. As vezes vou até Fortaleza, Manaus, Belém, onde tenho alguma coisa que conseguir com a minha profissão de marítimo.

É muito fácil verificar que quando qualquer companhia, com direito adquirido em uma nação, chega numa região para exploração de qualquer mineral, haja vista a Companhia do Tapajós. Todos os Prefeitos são identificados sobre as companhias que vão operar nas suas regiões, mas nenhum Prefeito pode dar informação sobre as mesmas. Há empresas estrangeiras operando há nove anos, mas nenhuma Coletoria fornece certidão sobre qualquer produto explorado. A informação é sempre a de que não fizeram nada, mas o garimpeiro sabe a produção.

O SR. PRESIDENTE (Senador Heribaldo Vieira) — Pode V. S. dizer das atividades dessa firma que tem escritório no Estado da Guanabara?

O SR. JOSÉ FREIRE DE ALENCAR — Pode adquirir algumas informações por intermédio de elementos que estavam sendo atingidos. Seus escritórios atingidos. Seus escritórios estão na Avenida Presidente Wilson, 119 andar, no Estado da Guanabara junto ao DNPM, donde saem os decretos simbólicos, oficializados, sobre

as explorações no Tocantins. Não posso citar os profissionais do DNPM porque não os conheço todos. Seria o caso de uma investigação, para punir os que até agora vêm se prestando às negociações destas empresas.

O SR. PRESIDENTE (Senador Heribaldo Vieira) — A "USABRA" está exercendo atividades na Região Amazônica, atividades na exploração de minérios?

O SR. JOSÉ FREIRE DE ALENCAR — Sim. Quero adiantar a V. Ex. que fui lá, este ano, a convite do garimpeiro que fizeram uma frente para não permitir passar pelo meio do canal os carregamentos de ouro. Quando estava lá, reuni uma comissão secreta. Não posso dar o nome, porque não me deram. Essa comissão segundo informação recebida, era de um IPAN Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Senador Heribaldo Vieira) — Quando foi isso?

O SR. JOSÉ FREIRE DE ALENCAR — Em outubro passado. Aquele de verdade, tomarmos os cristais, mutilaram as telecomunicações. Anularam para os rádios, mas desapareceram. Nunca mais ouvimos falar no resultado destas investigações. Eram 4 membros. Suspenderam a companhia, houve uma violenta atitude. Ficou parado 4 ou 5 dias. Não é vantagem tomar as comunicações, porque há sobressaltos. Depois tudo voltou a funcionar com esta companhia continuando suas atividades como se nada houvesse acontecido.

O SR. PRESIDENTE (Senador Heribaldo Vieira) — O Sr. pode me dizer se contrabandava minério ou se limitava à mineração. O Sr. prestou uma declaração à imprensa que teria contrabandado naquele momento, numa soma de duzentos milhões de cruzados.

O SR. JOSÉ FREIRE DE ALENCAR — Muito mais. Queria que fosse uma comissão examinar, pois os dados que penso não posso abreviar pois são as únicas provas que tenho.

O SR. PRESIDENTE (Senador Heribaldo Vieira) — Quais são as condições de trabalho? Têm havido muitas mortes em consequência do trabalho? Qual o tratamento que recebem dessas companhias, sobretudo das americanas?

O SR. JOSÉ FREIRE DE ALENCAR — O tratamento é inaceitável, e peior. Instei a que uma comissão daqui fosse examinar a situação, mas não pode, nunca teve oportunidade. Haja vista que todo o Brasil conhece o fato de um oficial da Aeronáutica que "se matou" para se poder dominar a região. O nome desse oficial: Osvaldo Paranhos. Toda a imprensa brasileira o sabe. Outros crimes bárbaros foram cometidos pelos pistoleiros subservientes a soldo daquelas empresas exploradoras. O povo se amedrontou e abandonou a região, porque ninguém quer sacrificar a sua vida diante de um forte poder que não sabe de onde vem, qual a sua origem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Heribaldo Vieira) — O que mais V. Ex. pode informar a respeito?

O SR. JOSÉ FREIRE DE ALENCAR — Até o momento, sobre esta parte que já falei, temos uma decorrência: o contrabando existe. Era interessante que se solicitasse às repartições responsáveis, a Delegacia Fiscal do Pará para que se nomeasse um coletor. Quando o Sr. Júlio Neves era delegado fiscal, pleiteei que se mandasse um fiscal de minas para a região, que depende de 80 léguas de serviço de minério e está com o levantamento perfeito para ser obtido como concessão desse grupo.

O SR. PRESIDENTE (Senador

Heribaldo Vieira) — Tem V. Sa. mais algum informe?

O SR. JOSÉ FREIRE DE ALENCAR — Srs. Senadores, já falei sobre a questão dos minérios e tenho outras coisas a declarar, mas estão cortadas aqui nas minhas anotações.

O SR. PRESIDENTE (Senador Heribaldo Vieira) — Se o senhor devesse consultar qualquer documento, continue na sua pasta, pode fazê-lo.

O SR. JOSÉ FREIRE DE ALENCAR — Sr. Presidente, tenho aqui uma documentação a respeito de toda a minha vida e referente à aposentadoria dos garimpeiros, que gostaria que V. Ex. lesse.

O SR. PRESIDENTE (Senador Heribaldo Vieira) — O que podemos fazer nesse sentido. Sr. José Freire de Alencar, é guardai esse documento para pesquisa posterior, que será feita pela Comissão, pois no momento não nos é possível ler tudo.

O SR. JOSÉ FREIRE DE ALENCAR — O que quero dizer ainda é que da última vez que fiz uma exposição, a respeito da situação do garimpo, não fui atendido pelo Ministério de Minas e Energia. Fui tudo que o Art. 7º do Código de Minas obriga, mas até hoje, aquele Ministério não me forneceu as informações solicitadas. Tenho em mãos os protocolos dos documentos dados entrada e, até hoje, o DNPM não deu a menor satisfação ou andamento. Vou lá neste dia do Ministério de Minas e não sei o que há com esse ministério que eles querem tomar conta. Se não conseguem porque os garimpeiros estão lá. Eles querem invadir tudo, toda a área do Baixo Tocantins até a BR-14, porque esse lençol pertence à mineração. Esse lençol cobre o e o garimpo de domínio público fica no leito do rio.

O SR. PRESIDENTE (Senador Heribaldo Vieira) — Nobre Senador José Ermírio, V. Ex. tem alguma orientação para as perguntas?

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO (Relator) — Sr. Presidente o que desejamos saber é se realmente continua essa exploração indevida por contrabandistas no Vale do Amazonas. O Sr. José Freire Alencar já disse que sim.

Quais são as firmas e quais são os seus sócios e assim a Comissão terá dados para caminhar.

O SR. PRESIDENTE (Senador Heribaldo Vieira) — S. S. já declarou que a firma é na Guanabara, e que os americanos também continuam lá.

O SR. JOSÉ FREIRE DE ALENCAR — Continuam até agora.

O SR. JOSÉ FREIRE DE ALENCAR — Eles sempre mudam o meio de transporte. No momento não estou a par do método que estão usando.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO (Relator) — O sr. Alencar informa que antigamente eles usavam aviões grandes e agora estão usando aviões menores.

O SR. PRESIDENTE — (Senador Heribaldo Vieira) — Essa firma USABRA, da Av. Presidente Wilson, na Guanabara, o senhor sabe dizer o nome de alguns sócios?

O SR. JOSÉ FREIRE DE ALENCAR — Eles sempre mudam a gerência, quando surge alguma denúncia.

O SR. PRESIDENTE — (Senador Heribaldo Vieira) — O Senhor sabe o número desse endereço da Avenida Presidente Wilson?

O SR. PRESIDENTE (Senador Heribaldo Vieira) — O senhor pode

fornecer estes recortes de jornais para a Comissão?

O SR. JOSÉ FREIRE DE ALENCAR — Pois não! Isso é um resto, eram muitos. Há detalhes completos do serviço, de tráfico de minérios à época em que eu estava naquele ambiente de trabalho.

(Relator) — Nós perguntamos, quando aqui depois o Ministro da Energia, como estava sendo examinada esta questão do contrabando. Ele ficou cego para fornecer as informações, mas uma das minhas perguntas foi sobre o contrabando na Amazônia.

O SR. SENADOR ATILIO FONTANA — Há necessidade de melhor fiscalização, para constatar e também tomar providências a respeito.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO (Relator) — Qual o meio mais fácil para chegar-se a essa região?

O SR. JOSÉ FREIRE DE ALENCAR — Pelo Estado do Pará, do avião até Marabá, dali em diante, em embarcações até a região do minério. Por Santarém, na questão do ouro, indo de avião até Jacareacanga e dali em diante, também por embarcações até a região do Rio das Tropas, onde está o garimpo do ouro.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO (Relator) — O Sr. José Freire de Alencar chegou a região?

O SR. JOSÉ FREIRE DE ALENCAR — De 6 a 8 dias.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO (Relator) — Por meio de lanchas a motor?

O SR. JOSÉ FREIRE DE ALENCAR — No inverno, lanchas a motor; no verão, pequenas, com motor de popa.

O SR. PRESIDENTE (Senador Heribaldo Vieira) — Esses recortes de jornais que o Senhor entrega à Comissão, são depoimentos prestados pelo Senhor à imprensa. O Senhor confirma tudo que está aqui publicado?

O SR. JOSÉ FREIRE DE ALENCAR — Na época em que prestei as declarações não só confirmava, como queria que mandassem uma Comissão para averiguar as ocorrências que vêm se repetindo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Heribaldo Vieira) — O Senhor quer que fique fazendo parte integrante de seu depoimento tudo isto que consta dessas publicações?

O SR. JOSÉ FREIRE DE ALENCAR — Quero. Nessa época, queria acompanhar a Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Senador Heribaldo Vieira) — Determino Senhor Secretário que junto ao processo estes recortes de jornais, para que fiquem fazendo parte integrante do depoimento do Senhor José Freire.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO (Relator) — Isto ainda continua no momento?

O SR. JOSÉ FREIRE DE ALENCAR — Continua.

O SR. PRESIDENTE (Senador Heribaldo Vieira) — O depoente já respondeu que continua.

O SR. SENADOR ATILIO FONTANA — Desejaria também saber, talvez o depoente tenha já declarado, mas eu não tenho ouvido bem: há quanto tempo o Senhor está fora da bacia amazônica?

O SR. JOSÉ FREIRE DE ALENCAR — Vim de lá a 4 de fevereiro deste ano, contudo, venho sempre recebendo informações de lá.

O SR. SENADOR ATILIO FONTANA — Tem tido outras notícias?

O SR. JOSÉ FREIRE DE ALENCAR — Ainda ontem voltou para Goiânia

um portador, que me trouxe mensa-
gem de lá.

O SR. SENADOR ATILIO FON-
TANA — Continua a mesma situação?
Pessoas estranhas, aviões estranhos?
Até a onde os produtos vão?

O SR. JOSÉ FREIRE DE ALENCAR
— Até aos campos mais próximos.
Não é só pedras preciosas que eles
conduzem. Não posso pormenorizar,
porque não sou geólogo. Conheço um
lago lá, de onde eles tiveram uma
pedra comum, britavam-na, encaixo-
tavam-na e mandavam-na aos aviões.
Quando nos aviões recebiam estes cai-
xotes, a tripulação não deixava nin-
guém se aproximar, inclusive os fun-
cionários do DAC. Os contrabandis-
tas impediam que alguém se aproxi-
masse. Isso ocorre não só em Ma-

ará, como em Belém e nos campos
do interior.

O SR. SENADOR ATILIO FON-
TANA — E' estranhável que esses fun-
cionários não denunciem esse caso.

O SR. JOSÉ FREIRE DE ALENCAR
— De fato, não posso me
manifestar sobre o assunto, porque não
tenho dados mais pormenorizados
dessas coisas.

O SR. SENADOR ATILIO FON-
TANA — Intelectualmente é uma região
muito abandonada, e, as poucas pes-
soas que estão lá, não podem tomar
nenhuma providência.

Senhor Presidente, os esclarecimen-
tos que desejava já foram prestados.
Estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Senad.
Raul Giuberti) — Não tendo mais ne-

nhuma indagação a ser feita, agra-
deço ao Senhor José Freire de Alen-
car pelas informações que prestou.

O SR. JOSÉ FREIRE DE ALENCAR
— Desde já, Senhor Presidente, colo-
co-me a disposição desta Comissão
para quaisquer outros esclarecimentos.
Se esta Comissão tiver que deslocar-
se para aquela região, terá de con-
tar com elemento que conheça todos
os problemas, porque senão perderá
muito tempo, não sabendo a quem se
dirigir. Já tenho tomado parte em
muitas Comissões, como a do Gene-
ral Taborda e com o falecido Ma-
rechal Rondon. Em 1916, no Acre,
acompanhei várias Comissões mili-
tares.

E' preciso contar com elemento que
conheça a região. Em Marabá, por
exemplo, o Prefeito atual, Senhor Fe-

iro de Oliveira, estou certo, colocará
todos os elementos à disposição desta
Comissão, ao contrário do que ocor-
ria com os Prefeitos anteriores, que
eram confiabulantes.

O SR. PRESIDENTE (Senador
Raul Giuberti) — O Senhor José
Freire de Alencar deixará seu en-
derço, porque, se necessário, recor-
reremos aos seus serviços. Esta Co-
missão terá o prazer de ouvi-lo em
outra oportunidade.

Antes de encerrar os trabalhos da
Comissão na presente reunião convoco
os Senhores Senadores para a reunião
de hoje, às 15:00 horas quando, pe-
rante órgão comparecerá o Senhor
Ministro da Indústria e Comércio.

Está encerrada a reunião levantam-
-se os trabalhos às 11:45 horas.

COMISSÕES PERMANENTES

MESA

Presidente —	Moura Andrade (PSD)
Vice-Presidente —	Nogueira da Gama (PTB)
1º Secretário —	Dinarte Mariz (UDN)
2º Secretário —	Gilberto Marinho (PSB)
3º Secretário —	Adalberto Sena (PTB)
4º Secretário —	Cattete Pinheiro (PTN)
1º Suplente —	Joaquim Parente (UDN)
2º Suplente —	Guido Mondim (PSD)
3º Suplente —	Vasconcellos Torres (PTB)
4º Suplente —	Raul Giubert (PSP)

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO (PSD) — 22 representantes

1. José Guimar — Acre	12. Antonio Balbino — Bahia
2. Lobão da Silveira — Pará	13. Jefferson de Aguiar — E. Santo
3. Eugênio Barros — Maranhão	14. Gilberto Marinho — Guanabara
4. Sebastião Archer — Maranhão	15. Moura — São Paulo
5. Victorino Freire — Maranhão	16. F. — S. Catarina
6. Sigefredo Pacheco — Piauí	17. Guido Mondim — R.G. Sul
7. Menezes Pimentel — Ceará	18. Benedicto Valladares — Minas Gerais
8. Wilson Gonçalves — Ceará	19. Filinto Müller — Mato Grosso
9. Walfredo Gurgel — R.G. Norte	20. José Feliciano — Goiás
10. Ruy Carneiro — Paraíba	21. Juscelino Kubitschek — Goiás
11. José Leite — Sergipe	22. Pedro Ludovico — Goiás

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO (PTB) — 17 representantes

1. Adalberto Sena — Acre	9. Barros Carvalho — Pernambuco
2. Oscar Passos — Acre	10. Pessoa de Queiroz — Pernambuco
3. Vivaldo Lima — Amazonas	11. José Ermirio — Pernambuco
4. — — — — —	12. Silvestre Péricles — Alagoas
5. Arthur Virgílio — Amazonas	13. Vasconcelos Torres — R. Janeiro
6. Antônio Jucá — Ceará	14. Nelson Maculan — Paraná
7. Dix Huit Rosado — R.G. Norte	15. Mello Braga — Paraná
8. Argemiro de Figueiredo, Paraíba	16. Nogueira da Gama — M. Gerais
	17. Bezerra Neto — Mato Grosso

UNIAO DEMOCRATICA NACIONAL (UDN) — 16 representantes

1. Zacharias de Assumpção — Pará	9. Afonso Arino — Guanabara
2. Joaquim Parente — Piauí	10. Padre Calazans — São Paulo
3. José Cândido — Piauí	11. Adolpho Franco — Paraná
4. Dinarte Mariz — R.G. Norte	12. Irineu Bornhausen — S. Catarina
5. João Agripino — Paraíba	13. Antônio Carlos — S. Catarina
6. Rui Palmeira — Alagoas	14. Daniel Krieger — R.G. Sul
7. Heribaldo Vieira — Sergipe	15. Milton Campos — Minas Gerais
8. Eurico Rezende — E. Santo	16. Lopes da Costa — Mato Grosso

PARTIDO LIBERTADOR (PL) — 2 representantes

1. Aloysio de Carvalho — Bahia
2. Mem de Sá — Rio Grande do Sul

PARTIDO TRABALHISTA NACIONAL (PTN) — 2 representantes

1. Cattete Pinheiro — Pará
2. Lino de Mattos — São Paulo

PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA (PSP) — 2 representantes

1. Raul Giubert — Espírito Santo
2. Miguel Couto — Rio de Janeiro

PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO (PSB) — 1 representante

1. Aurélio Viana — Guanabara

MOVIMENTO TRABALHISTA RENOVADOR (MTR) — 1 representante

1. Aarão Steinbruch — Rio de Janeiro

PARTIDO REPUBLICANO (PR) — 1 representante

1. Júlio Leite — Sergipe

PARTIDO DEMOCRATA CRISTÃO (PDC) — 1 representante

1. Arnon de Melo — Alagoas

SEM LEGENDA

1. Josaphat Marinho — Bahia
2. Heribaldo Vieira — Sergipe

RESUMO

Partido Social Democrático (PSD)	22
Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)	17
União Democrática Nacional (UDN)	16
Partido Libertador (PL)	2
Partido Trabalhista Nacional (PTN)	2
Partido Social Progressista (PSP)	2
Partido Socialista Brasileiro (PSB)	1
Partido Republicano (PR)	1
Partido Democrata Cristão (PDC)	1
Movimento Trabalhista Renovador (MTR)	1
Sem legenda	65
	1
	66

BLOCOS PARTIDÁRIOS

BLOCO PARLAMENTAR INDEPENDENTE

PSD	2 Senadores
PTN	2 Senadores
PSB	1 Senador
PR	1 Senador
MTR	1 Senador
PDC	1 Senador
Sem legenda	2 Senadores

LIDERANÇAS

Lider do Governo
Daniel Krieger (UDN)

Vice-Lider

Mem de Sá

BLOCO PARLAMENTAR INDEPENDENTE

Lider
Lino de Mattos (PTN)
Vice-Lideres
Aurélio Vianna (PSB)
Júlio Leite (PR)

Josaphat Marinho (sem legenda)
Aarão Steinbruch (MTR)
Miguel Couto (PSP)
Arnon de Melo (PDC)
Dilton Costa (PR)

II PARTIDOS

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO (PSD)

Lider
Filinto Müller
Vice-Lideres
Wilson Gonçalves
Sigefredo Pacheco
Walfredo Gurgel
Victorino Freire

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO (PTB)

Lider
Barros Carvalho
Vice-Lideres
Bezerra Neto
Oscar Passos
Antônio Jucá
Edmundo Levi

UNIAO DEMOCRATICA NACIONAL (UDN)

Lider
Daniel Krieger
Vice-Lideres
Eurico Rezende
Adolpho Franco
Padre Calazans
Heribaldo Vieira

PARTIDO LIBERTADOR (PL)

Lider
Mem de Sá
Vice-Lider
Aloysio de Carvalho

PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA

Lider
Miguel Couto
Vice-Lider
Raul Giubert

PARTIDO TRABALHISTA NACIONAL (PTN)

Lider
Lino de Mattos
Vice-Lider
Cattete Pinheiro

III — PARTIDOS DE UM SO REPRESENTANTE

MOVIMENTO TRABALHISTA RENOVADOR (MTR)
Aarão Steinbruch
PARTIDO DEMOCRATA CRISTÃO (PDC)

Arnon de Melo
PARTIDO REPUBLICANO (PR)
Representante

Júlio Leite
PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO (PSB)
Representante
Aurélio Vianna

AGRICULTURA

Presidente: José Ermirio

Vice-Presidente: Eugênio Barros

PSD

TITULARES
Eugênio Barros
José Feliciano

SUPLENTE

1. José Leite
2. Atílio Fontana

PTB

José Ermirio
Nelson Maculan

1. Dix-Huit Rosado
2. Antônio Jucá

UDN

Lopes da Costa
Antônio Carlos

1. Daniel Krieger
2. João Agripino

BPI

Dylton Costa

1. Aurélio Vianna

Secretário: J. Nery Passos Dantas

Reuniões: Quintas-feiras, às 15 horas

CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Presidente: Afonso Arinos

Vice-Presidente: Wilson Gonçalves

PSD

TITULARES
Jefferson de Aguiar
Antônio Balbino
Wilson Gonçalves
Ruy Carneiro

SUPLENTE

1. Menezes Pimentel
2. José Feliciano
3. Filinto Müller
4. Benedicto Valladares

Edmundo Levi
Bezerra Neto
Arthur Virgílio

1. Argemiro Figueiredo
2. Mello Braga
3. Oscar Passos

UDN

1. Daniel Krieger
2. Eurico Rezende
2. João Agripino

BPI

1. Aarão Steinbruch

Secretária: Maria Helena B. Brandão

Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas

DISTRITO FEDERAL

Presidente: Aurélio Vianna

Vice-Presidente: Pedro Ludovico

PSD

TITULARES

Pedro Ludovico
Walfredo Gurgel

SUPLENTE

1. José Feliciano
2. Benedicto Valladares

PTB

1. Bezerra Neto
2. Antônio Jucá

UDN

1. Zacarias de Assunção
2. Lopes da Costa

BPI

1. Lino de Mattos

Secretário: Alexandre Mello.

Reuniões: Terças-feiras às 16 horas.

ECONOMIA

Presidente: Atílio Fontana

Vice-Presidente: José Ermirio

PSD

TITULARES

Atílio Fontana
José Feliciano
José Leite

SUPLENTE

1. Jefferson de Aguiar
2. Sigefredo Pacheco
3. Sebastião Archer

PTB

1. Bezerra Neto
2. Mello Braga

UDN

1. Zacharias de Assunção
2. José Cândido
3. Mem de Sá

BPI

1. Aurélio Vianna

Secretária: Aracy O'Reilly de Souza

Reuniões: Quintas-feiras às 16.30 horas.

EDUCAÇÃO E CULTURA

Presidente: Menezes Pimentel

Vice-Presidente: Padre Calazans

PSD

TITULARES

Menezes Pimentel
Walfredo Gurgel

SUPLENTE

1. Benedicto Valladares
2. Sigefredo Pacheco

PTB

1. Edmundo Levi
2. Mello Braga

UDN

1. Afonso Arinos
2. Faria Tavares

BPI

1. Josaphat Marinho

Secretária: Aracy O'Reilly de Souza

Reuniões: Quintas-feiras às 15.30 hs.

FINANÇAS

Presidente: Argemiro de Figueiredo

Vice-Presidente: Irineu Bornhausen

TITULARES

Victorino Freire
Lobão da Silveira
Sigefredo Pacheco
Wilson Gonçalves
Walfredo Gurgel

PSD

SUPLENTE

1. Atílio Fontana
2. José Guionard
3. Eugênio Barros
4. Menezes Pimentel
5. Pedro Ludovico

PTB

1. José Ermirio
2. Edmundo Levi
3. Mello Braga
4. Oscar Passos

UDN

1. João Agripino
2. Adolpho Franco
3. Daniel Krieger

PL

1. Aloysio de Carvalho

BPI

1. Josaphat Marinho
2. Miguel Couto

Argemiro Figueiredo
Bezerra Neto
Pessoa de Queiroz
Antônio Jucá

Faria Tavares
Irineu Bornhausen
Eurico Rezende

Mem de Sá

Aurélio Vianna
Lino de Mattos

Secretário: Hugo Rodrigues de Figueiredo
Reuniões: Quartas-feiras, às 10 horas,

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Presidente: José Feliciano

Vice-Presidente: Nelson Maculan

PSD

SUPLENTE

1. Lobão da Silveira
2. Sebastião Archer

PTB

1. Vivaldo Lima
2. Oscar Passos

UDN

1. Lopes da Costa
2. Eurico Rezende

BPI

1. Aarão Steinbruch

Secretária: Maria Helena B. Brandão

Reuniões: Quintas-feira às 16.30 horas

LEGISLAÇÃO SOCIAL

Presidente: Vivaldo Lima

Vice-Presidente: Walfredo Gurgel

PSD

SUPLENTE

1. José Guionard
2. Sigefredo Pacheco
3. José Leite
4. Lobão da Silveira

PTB

1. Antônio Jucá
2. Pessoa de Queiroz

UDN

1. Lopes da Costa
2. Zacharias de Assunção

BPI

1. Dilton Costa

Secretário: Cláudio I. Carneiro Leal

Secretário Cláudio I. Carneiro Leal

MINAS E ENERGIA

Presidente: Josaphat Marinho

Vice-Presidente: José Ermirio

PSD

SUPLENTE

1. Pedro Ludovico
2. Filinto Müller

PTB

1. Nelson Maculan
2. Antônio Jucá

TITULARES

Benedicto Valladares
Jefferson de Aguiar

José Ermirio
Argemiro Figueiredo

João Agripino
Farla Tavares

UDN

1. José Cândido
2. Afonso Arinos

BPI

1. Arnon de Mello

Secretário: Cláudio D. Carneiro Leal
Reuniões: Quartas-feiras às 14 30 hs.

POLIGONO DAS SÉCAS

Presidente: Ruy Carneiro

Vice-Presidente: Aurélio Vianna

PSD

SUPLENTE

TITULARES

Ruy Carneiro
Sebastião Archer

1. Sigefredo Pacheco
2. José Leite

PTB

1. José Ermirio
2. Antônio Jucá

Argemiro Figueiredo
Dix-Huit Rosado

UDN

1. Lopes da Costa
2. Antônio Carlos

João Agripino
Heribaldo Vieira

BPI

1. Dilton Costa

Aurélio Vianna

Secretário: Cláudio D. Carneiro Leal
Reuniões: Quintas-feiras às 15 horas

PROJETOS DO EXECUTIVO

Presidente: João Agripino

Vice-Presidente: Jefferson de Aguiar

PSD

SUPLENTE

TITULARES

Wilson Gonçalves
José Guilomard
Jefferson de Aguiar

1. Walfredo Gurgel
2. José Feliciano
3. Ruy Carneiro

PTB

1. Mello Braga
2. Edmundo Levi

José Ermirio
Bezerra Neto

UDN

1. Daniel Krieger
2. Adolfo Franco

João Agripino
Antônio Carlos

BPI

1. Aurélio Vianna

Lino de Matos

PL

1. Aloysio de Carvalho

Mem de Sá

Secretário: José Soares
Reuniões: Terças-feiras às 15 horas

REDAÇÃO

Presidente: Dix-Huit Rosado

Vice-Presidente: Antônio Carlos

PSD

SUPLENTE

TITULARES

Walfredo Gurgel
Sebastião Archer

1. Lobão da Silveira
2. José Feliciano

PTB

1. Edmundo Levi

Dix-Huit Rosado

UDN

1. Eurico Rezende

Antônio Carlos

BPI

1. Dilton Costa

Josaphat Marinho

Secretária: Sarah Abrahão

Reuniões: Quartas-feiras às 16 horas

RELAÇÕES EXTERIORES

Presidente: Benedicto Valladares

Vice-Presidente: Pessoa de Queiroz

PSD

SUPLENTE

TITULARES

Benedicto Valladares
Filinto Müller
Menezes Pimentel
José Guilomard

1. Ruy Carneiro
2. Victorino Freire
3. Wilson Gonçalves
4. José Leite

PTB

Pessoa de Queiroz
Vivaldo Lima
Oscar Passos

1. Nelson Maculan
2. Antônio Jucá
3. Mello Braga

UDN

Antônio Carlos
José Cândido
Rui Palmeira

1. Padre Calazans
2. João Agripino
3. Mem de Sá

BPI

Aarão Steinbruch

1. Arnon de Mello

Secretário: J. B. Castejon Branco

Reuniões: Quintas-feiras às 16 horas

SAÚDE

Presidente: Sigefredo Pacheco

Vice-Presidente: José Cândido

PSD

SUPLENTE

TITULARES

Sigefredo Pacheco
Pedro Ludovico

1. Walfredo Gurgel
2. Eugênio Barros

PTB

Dix-Huit Rosado

1. Antônio Jucá

UDN

José Cândido

1. Lopes da Costa

BPI

Miguel Couto

1. Lino de Matos

Secretário: Alexandre Mello

Reuniões: Terças-feira às 16 horas

SEGURANÇA NACIONAL

Presidente: Zacarias de Assunção

Vice-Presidente: José Guilomard

PSD

SUPLENTE

TITULARES

José Guilomard
Victorino Freire

1. Ruy Carneiro
2. Atílio Fontana

PTB

Oscar Passos
Silvestre Péricles

1. Dix-Huit Rosado
2. José Ermirio

UDN

Zacarias de Assunção
Irineu Bornhausen

1. Adolpho Franco
2. Eurico Rezende

BPI

Aarão Steinbruch

1. Josaphat Marinho

Secretário: Gerardo Lima de Aguiar

Reuniões: Quintas-feiras às 15 horas

SERVIÇO PÚBLICO CIVIL

Presidente: Padre Calazans

Vice-Presidente: Victorino Freire

PSD

SUPLENTE

TITULARES

Sigefredo Pacheco
Victorino Freire

1. José Feliciano
2. Fauto Mader

PTB

Mello Braga
Silvestre Péricles

1. Antônio Jucá
2. Dix-Huit Rosado

UDN

Padre Calazans
Aloysio de Carvalho

1. Antônio Carlos
2. Mem de Sá

BPI

Aurélio Vianna

2. Miguel Couto

Secretário: J. Ney Passos Dantas

Reuniões: Terças-feiras às 16 horas

TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS

Presidente: Lopes da Costa

Vice-Presidente: Mello Braga

PSD

SUPLENTE

TITULARES

Eugênio Barros
José Leite

1. Jefferson de Aguiar
2. José Guilomard

PTB

1. Bezerra Neto

UDN

1. Irineu Bornhausen

BPI

2. Josaphat Marinho

Secretário: Gerardo Lima de Aguiar

Reuniões: Quartas-feiras, às 18 horas.

COMISSÕES ESPECIAIS

Para Revisão do Projeto que define e regula a **PROTEÇÃO AO DIREITO DO AUTOR**.

Membros (7) — Partidos

Gilberto Marinho — PSD.
Menezes Pimentel — PSD.
Heribaldo Vieira — UDN.
Milton Campos — UDN.
Vasconcelos Torres — PTB.
Edmundo Levi — PTB.
Aloysio de Carvalho — PL.

Para o estudo dos efeitos da **INFLAÇÃO E DA POLÍTICA TRIBUTÁRIA E CAMBIAL SOBRE AS EMPRESAS PRIVADAS**.

Membros (5) — Partidos

Atílio Fontana — Presidente — PSD.
José Feliciano — (Vice-Pr.) — PSD.
José Ermirio — Relator — PTB.
Adolpho Franco — UDN.
Aurélio Vianna — PSD.

Para estudo das causas que dificultam a **PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA** e suas repercussões negativas na exportação.

Membros (5) — Partidos

José Feliciano — PSD.
Sigifredo Pacheco (Vice-Pr.) — PSD.
José Ermirio (Presidente) — PTB.
Lopes da Costa — UDN.
Aurélio Vianna (Relator) — PSD.

Para efetuar o levantamento da **PRODUÇÃO MINERAL DO PAÍS** e estudar os meios capazes de possibilitar a sua industrialização.

Membros (9) — Partidos

José Feliciano — PSD.
Atílio Fontana — PSD.
Eugênio Barros — PSD.
José Ermirio (Relator) — PTB.
Bezerra Neto — PTB.
Melo Braga — PTB.
Lopes da Costa — UDN.
Milton Campos (Presidente) — UDN.
Júlio Leite (Vice-Pr.) — PR.

Para estudar a situação dos Transportes Marítimos e Ferroviários.

Membros (5) — Partidos

Atílio Fontana — (Relator) — (Transportes Ferroviários) — PSD.
Sigifredo Pacheco — PR.
José Ermirio — PTB.
Irineu Bornhausen — (Relator) — (Transportes Marítimos) — UDN.
Júlio Leite — (Presidente) — PR.

Para o estudo da situação do Centro Técnico de Aeronáutica e da Escola de Engenharia de Aeronáutica, de S. José dos Campos.

Membros (5) — Partidos

José Feliciano — PSD.
Ruy Carneiro — PSD.
Antonio Jucá — PTB.
Padre Calzans — UDN.
Josaphat Marinho — S/legenda.

Para proceder ao estudo das proposições que digam respeito à participação dos trabalhadores nos lucros das empresas.

MEMBROS

Bezerra Neto — Presidente.
Afonso Arinos — Vice-Presidente.
Jefferson de Aguiar — Relator.
Neite Neto
Nelson Macuan
Eurico Rezende
Aurélio Vianna

Para o estudo e coordenação das medidas tendentes ao controle dos preços de exportação.

Membros — Partidos

Atílio Fontana — PSD.
Sigifredo Pacheco (Presidente) — PSD.
Eugênio Barros — PSD.
Argemiro de Figueiredo — PTB.
José Ermirio (Relator) — PTB.
Heribaldo Vieira (Vice-Presidente) — UDN.
Raul Giuberti — PSP.

Para examinar a crise Agro-Indústria Açucareira do Nordeste.

Membros — Partidos

José Leite — PSD.
Vaga — PSD.
Vasconcelos Torres — PTB.
Heribaldo Vieira — UDN.
Aurélio Vianna — PSB.

COMISSÕES ESPECIAIS PARA O ESTUDO DE PROJETO DE EMENDAS A CONSTITUIÇÃO

Projeto de Emenda à Constituição nº 4/61

QUE DISPOE SOBRE VENCIMENTOS DOS MAGISTRADOS

Jefferson de Aguiar — PSD.
Lobão da Silveira — PSD.
Ruy Carneiro — PSD.
Benedito Valadares — PSD.
Wilson Gonçalves — PSD.

Daniel Krieger — UDN.
Lopes da Costa — UDN.
Milton Campos —
Heribaldo Vieira — UDN.
Rui Palmeira — UDN.
Silvestre Péricles — PTB.
Bezerra Neto — PTB.
Nogueira da Gama — PTB.
Barros Carvalho — PTB.
Aloysio de Carvalho — (Presidente) — PL.
Mem de Sá — PL.
Josaphat Marinho — S/legenda.

Projeto de Emenda à Constituição nº 7/61

QUE DISPOE SOBRE AS MATERIAS DO SENADO, INCLUINDO AS DE PROPOR A EXONERAÇÃO DOS CHEFES DE MISSÃO DIPLOMATICA PERMANENTE

APROVAR O ESTABELECIMENTO, O ROMPIMENTO E O REATAMENTO DE RELAÇÕES DIPLOMATICAS COM PAISES ESTRANGEIROS).

Membros (16) — Partidos
Menezes Pimentel — PSD.
Wilson Gonçalves — Presidente — PSD.
Lobão da Silveira — PSD.
Ruy Carneiro — PSD.
Guido Mondim — PSD.
Eurico Rezende — UDN.
Daniel Krieger — UDN.
Milton Campos — (Vice-Presidente) — UDN.
Heribaldo Vieira — UDN.
Lopes da Costa — UDN.
Silvestre Péricles — PTB.
Vivaldo Lima — PTB.
... Vago — PTB.
... Vago — PTB.
Aloysio de Carvalho — PL.

Projeto de Emenda à Constituição nº 8/61

SOBRE EXONERAÇÃO POR PROPOSTA DO SENADO DE CHEFE DE MISSÃO DIPLOMATICA DE CARATER PERMANENTE.

Membros (16) — Partidos

Menezes Pimentel — PSD.
Ruy Carneiro — Presidente — PSD.
Lobão da Silveira — PSD.
Jefferson de Aguiar — PSD.
Guido Mondim — PSD.
Daniel Krieger — UDN.
Eurico Rezende — UDN.
Milton Campos — UDN.
Heribaldo Vieira (Presidente) — UDN.
Vaga do Senador Plauto Ferreira — PTB.
Bezerra Neto — PTB.
... Vago — PTB.
Vivaldo Lima — PTB.
Aloysio de Carvalho — PL.
Lino de Matos — PTN.

Projeto de Emenda à Constituição nº 9/61

QUE MODIFICA O REGIME DE DISCRIMINAÇÃO DAS RENDAS.

Membros (16) — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD.
Menezes Pimentel — PSD.
Filinto Muller — PSD.
Guido Mondim — PSD.
Ruy Carneiro — PSD.
Daniel Krieger (Relator) — UDN.
Milton Campos — UDN.
Heribaldo Vieira — UDN.
Rui Palmeira — UDN.
... Vago (PTB)
Barros Carvalho — PTB.
Argemiro de Figueiredo — PTB.
Bezerra Neto — PTB.
Aloysio de Carvalho — PL.
Lino de Matos — PN.

Projeto de Emenda à Constituição nº 10/61

APLICAÇÃO DAS COTAS DE IMPOSTOS DESTINADAS AOS MUNICIPIOS

Membros (16) — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD.
Wilson Gonçalves — PSD.
Ruy Carneiro — PSD.
Lobão da Silveira — PSD.
Guido Mondim — PSD.
Milton Campos — UDN.
Heribaldo Vieira — UDN.
Lopes da Costa — UDN.
João Agripino — UDN.
Eurico Rezende — UDN.
Silvestre Péricles — PTB.
Nogueira da Gama — PTB.
Barros Carvalho — PTB.
Josaphat Marinho — Sem legenda.
Aloysio de Carvalho — PI.
Lino de Matos — PTN.

Projeto de Emenda à Constituição nº 11/61

(CRIAÇÃO DE NOVOS MUNICIPIOS)

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD.
Wilson Gonçalves — PSD.
Ruy Carneiro — PSD.
Lobão da Silveira — PSD.
Guido Mondim — PSD.
Milton Campos — UDN.
Heribaldo Vieira — UDN.
Lopes da Costa — UDN.
João Agripino — UDN.
Eurico Rezende — UDN.
Silvestre Péricles — PTB.
Nogueira da Gama — PTB.
Barros Carvalho — PTB.
Aloysio de Carvalho — PL.
Miguel Couto — PSP.
Cattete Pinheiro — PTN.

Projeto de Emenda à Constituição nº 1/62

(OBRIGATORIEDADE DE CONCURSO PARA INVESTIDURA EM CARGO INICIAL DE CARREIRA E PROIBIÇÃO DE NOMEAÇÕES INTERINAS).

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD.
Wilson Gonçalves — PSD.
Ruy Carneiro — PSD.
... vaga — PSD.
Menezes Pimentel — PSD.
Milton Campos — UDN.
Heribaldo Vieira — UDN.
Eurico Rezende — UDN.
João Agripino — Vice-Presidente — UDN.
Daniel Krieger — UDN.
Silvestre Péricles — PTB.
Nogueira da Gama — PTB.
Barros Carvalho — PTB.
Aloysio de Carvalho — PL.
Aurélio Vianna — Relator — PSB.

Projeto de Emenda à Constituição nº 2/62

(INSTITUI NOVA DISCRIMINAÇÃO DE RENDAS EM FAVOR DOS MUNICIPIOS).

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD.
Wilson Gonçalves — PSD.
Ruy Carneiro — PSD.
Lobão da Silveira — PSD.
... vaga — PSD.
Milton Campos — UDN.
Heribaldo Vieira — Vice-Presidente — UDN.
Menezes Pimentel — PSD.
Eurico Rezende — Relator — UDN.
Silvestre Péricles — Presidente — PTB.
João Agripino — UDN.
Nogueira da Gama — PTB.
Barros Carvalho — PTB.
Lino de Matos — PTN.
Aloysio de Carvalho — PTB.

Projeto de Emenda à Constituição nº 5/62

(DISPÕE SOBRE A ENTREGA AOS MUNICÍPIOS DE 30% DA ARRECAÇÃO DOS ESTADOS QUANDO EXCEDER AS RENDAS MUNICIPAIS).

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD
Ruy Carneiro — PSD
Lobão da Silveira — PSD
Wilson Gonçalves — PSD

... vaga — PSD

Menezes Pimentel — Presidente

Milton Campos — UDN

Heribaldo Vieira — UDN

Josaphat Marinho — Vice-Presidente — UDN

Daniel Krieger — UDN

... vaga — PTB

Eurico Rezende — UDN

Nogueira da Gama — PTB

Barros Carvalho — PTB

Mem de Sá — PL

Miguel Couto — PSP

Projeto de Emenda à Constituição nº 6/62

(AUMENTA PARA QUATRO O NÚMERO DE REPRESENTANTES DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL NO SENADO).

Membros — Partidos

Ruy Carneiro — PSD
Lobão da Silveira — Relator — PSD

Wilson Gonçalves — PSD

Benedicto Valladares — PSD

Menezes Pimentel — PSD

Milton Campos — UDN

Heribaldo Vieira — UDN

Josaphat Marinho — UDN

Daniel Krieger — UDN

Eurico Rezende — Vice-Presidente — UDN

... vaga — PTB

Nogueira da Gama — PTB

Barros Carvalho — PTB

Mem de Sá — PL

Júlio Leite — PR

Projeto de Emenda à Constituição nº 1/63

(TRABALHO DE MULHERES E MENORES E TRABALHO EM INDÚSTRIAS INSALUBRES).

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD
Ruy Carneiro — PSD
Lobão da Silveira — PSD
Wilson Gonçalves — Relator — PSD

PSD

Menezes Pimentel — PSD

... vaga — PSD

... vaga — PTB

Bezerra Neto — Vice-Presidente — PTB

... vaga — PTB

Silvestre Péricles — PTB

Argemiro de Figueiredo — PTB

Eurico Rezende (23.4.64) — UDN

Milton Campos — UDN

Daniel Krieger — UDN

Josaphat Marinho — Sem Legenda

Aloysio de Carvalho — PL

Projeto de Emenda à Constituição nº 2/63**(DIREITO DE PROPRIEDADE)****Membros — Partidos**

Jefferson de Aguiar — PSD
Ruy Carneiro — Presidente — PSD
Lobão da Silveira — PSD
Wilson Gonçalves — PSD
Menezes Pimentel — PSD
Benedicto Valladares — PSD
Heribaldo Vieira — Vice-Presidente — PSD

... vaga — PTB

Bezerra Neto — PTB

... vaga — PTB

Silvestre Péricles — PTB

Artur Virgílio — PTN

Eurico Rezende (23.4.63) — UDN

Milton Campos — Relator — UDN

João Agripino — UDN

Josaphat Marinho — Sem Legenda

Aloysio de Carvalho — PL

Projeto de Emenda à Constituição nº 3/63

(DISPÕE SOBRE A ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL — MATÉRIA DA COMPETÊNCIA PRIVATIVA DO SENADO).

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD
Ruy Carneiro — PSD
Lobão da Silveira — PSD
Wilson Gonçalves — PSD
Menezes Pimentel — PSD

... vaga — PSD

... vaga — PTB

Bezerra Neto — PTB

... vaga — PTB

... vaga — PTB

Eurico Rezende — Presidente — UDN

Milton Campos — UDN

Daniel Krieger — UDN

Aloysio de Carvalho — PL

Josaphat Marinho — Relator — Sem Legenda

Projeto de Emenda à Constituição nº 4/63

(CONCEDE IMUNIDADES AOS VEREADORES)

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD
Ruy Carneiro — PSD
Lobão da Silveira — PSD
Wilson Gonçalves — PSD
Menezes Pimentel — PSD

... vaga — PSD

... vaga — PTB

Bezerra Neto — PTB

... vaga — PTB

Silvestre Péricles — PTB

Adalberto Sena — PTB

Eurico Rezende — UDN

Milton Campos — UDN

Aloysio de Carvalho — PL

Josaphat Marinho — Sem Legenda

João Agripino — UDN

Projeto de Emenda à Constituição nº 5/63

(DISPÕE SOBRE O IMPOSTO DE VENDAS E CONSIGNAÇÕES)

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD
Ruy Carneiro — PSD
Wilson Gonçalves — PSD
Menezes Pimentel — PSD
Vaga — PSD

Vaga — PTB.**Vaga — PTB.**

Argemiro de Figueiredo — PTB.
Eurico Rezende — UDN.
Milton Campos — UDN.
Daniel Krieger — UDN.
Aloysio de Carvalho — PL.
Josaphat Marinho — Sem Legenda.

Projeto de Emenda à Constituição nº 6/63**(INELEGIBILIDADE)****Membros — Partidos**

Jefferson de Aguiar — PSD.
Ruy Carneiro — PSD.
Wilson Gonçalves — PSD.
José Feliciano — PSD — Relator.
Walfredo Gurgel — PSD.
Bezerra Neto — PTB.
Argemiro de Figueiredo — PTB.
Silvestre Péricles — PTB.
Edmundo Levi — PTB.
Eurico Rezende — UDN.
Milton Campos — UDN.
Aloysio de Carvalho — UDN.
Afonso Arinos — UDN.
Josaphat Marinho — Sem Legenda.
Raul Giuberti — PSP.
Júlio Leite — PR — Presidente.

Projeto de Emenda à Constituição nº 7/63

(TRANSFERÊNCIA PARA A RESERVA DO MILITAR DA ATIVA QUE SE CANDIDATAR A CARGO ELETIVO).

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD.
Ruy Carneiro — PSD.
Wilson Gonçalves — PSD — Presidente.
José Feliciano — PSD — Vice-Presidente.
Walfredo Gurgel — PSD.
Argemiro de Figueiredo — PTB — Relator.
Bezerra Neto — PTB.
Silvestre Péricles — PTB.
Edmundo Levi — PTB.
Eurico Rezende — UDN.
Milton Campos — UDN.
Aloysio de Carvalho — PL.
Afonso Arinos — UDN.
Josaphat Marinho — Sem Legenda.
Júlio Leite — PR.

Projeto de Emenda à Constituição nº 2/64

(Da nova redação à alínea a, do art. 101 e ao item IX do art. 124 da Constituição Federal, a fim de estabelecer que sejam processados e julgados nos crimes comuns:

Os Membros do Congresso Nacional pelo Supremo Tribunal Federal;

Os Membros das Assembleias Legislativas, pelos Tribunais de Justiça).

Jefferson de Aguiar — PSD.
Antônio Balbino — PSD.
Wilson Gonçalves — PSD.
Ruy Carneiro — PSD.
Menezes Pimentel — PSD — Presidente.
Edmundo Levi — PTB.
Bezerra Neto — PTB — Relator.
Arthur Virgílio — PTB.
Oscar Passos — PTB.
Afonso Arinos — UDN.
João Agripino — UDN — Vice-Presidente.
Eurico Rezende — UDN.
Aloysio de Carvalho — PL.
Josaphat Marinho — BPI.
Aurélio Vianna — BPI.
Aarão Steinbruch — BPI.

Projeto de Emenda à Constituição nº 1/65

(Da nova redação ao parágrafo primeiro do art. 153 da Constituição Federal, para assegurar aos brasileiros ou a sociedades organizadas no País, sob a direção de brasileiros, exclusividade para a exploração das minas e jazidas).

Membros — Partidos

José Guimard — PSD
Lobão da Silveira — PSD
Victorino Freire — PSD
Sebastião Archer — PSD
José Leite — Presidente — PSD
Jefferson de Aguiar — PSD
Vasconcellos Torres — PTB
Mello Braga — Vice-Presidente — PTB
José Ermirio — PTB
Antônio Jucá — PTB
Antônio Carlos — UDN
Vaga — UDN
Eurico Rezende — UDN
Joaquim Parente — UDN
Aurélio Vianna — PSB
Josaphat Marinho — S/legenda

Projeto de Emenda à Constituição nº 2/65

(Da nova redação ao art. 139, I, letra "a" da Constituição, para permitir a reeleição do Presidente da República, por um período).

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD
Antônio Balbino — PSD
Wilson Gonçalves — PSD
Ruy Carneiro — PSD
Menezes Pimentel — PSD
Eugênio Barros — PSD
Edmundo Levi — PTB
Bezerra Neto — PTB
Arthur Virgílio — PTB
Mello Braga — PTB
Afonso Arinos — UDN
Heribaldo Vieira — UDN
Aloysio de Carvalho — UDN
Irineu Bornhausen — UDN
Aarão Steinbruch — BPI
Aurélio Vianna — BPI

Projeto de Emenda à Constituição nº 3, de 1965.

(Da nova redação ao art. 90 da Constituição Federal, tornando necessária a aprovação do Senado para a nomeação de Ministros de Estado).

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD
Antônio Balbino — PSD
Wilson Gonçalves — PSD
Ruy Carneiro — PSD
José Feliciano — PSD
José Leite — PSD
Edmundo Levi — PTB
Bezerra Neto — PTB
Arthur Virgílio — PTB
Mello Braga — PTB
Afonso Arinos — UDN
Heribaldo Vieira — UDN
Aloysio de Carvalho — UDN
Adolpho Franco — UDN
Josaphat Marinho — BPI
Júlio Leite — BPI